

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CAMILA JANISKI GUESSER**

**PROPOSTA PARA O MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SE-  
TOR: UM OLHAR ACADÊMICO**

**CURITIBA  
2013**

**CAMILA JANISKI GUESSER**

**PROPOSTA PARA O MAPEAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UM OLHAR ACADÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como critério de aprovação à disciplina de Pesquisa em Informação, do curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Lígia L. Bartz Kraemer  
Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana

**CURITIBA  
2013**

À minha mãe, Tereza.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Tereza, por todo o amor incondicional e por fazer tudo o que está ao seu alcance pra me fazer feliz. Sem ela nada na minha vida seria possível.

À minha avó Anna, por todo carinho, apoio e pelo exemplo de otimismo.

Aos meus tios, Sérgio e Rozali, por cada gesto de amor, por não me deixarem faltar nada e, sobretudo, por serem o meu porto-seguro.

Ao meu Pai Jaime, por me fazer acreditar em mim.

À minha irmã Carina, por todos os momentos que sorrimos juntas.

Ao meu amor Marcel, por toda a força, por não me deixar perder o foco e me levantar toda vez que caí, por me fazer sentir feliz e cuidar de mim e ser a melhor coisa que aconteceu em minha vida.

A toda minha família e aos que considero como fazendo parte dela.

À minha orientadora Lígia por ter guiado meus passos na realização deste trabalho com dedicação e paciência, acreditando em mim e me incentivando.

À minha co-orientadora Ana Lúcia, por estar sempre de braços abertos para ajudar, pelo seu tempo e contribuição ímpar para esta pesquisa.

Aos docentes do Departamento de Ciência e Gestão da Informação, pelos ensinamentos transmitidos e contribuições inestimáveis à minha formação.

Aos amigos que fiz durante o curso, especialmente Alessandra e Stephane, pelas conversas, desabafos e sorrisos.

À Universidade Federal do Paraná e a todos que colaboraram com esta pesquisa.

*"O Terceiro Setor é movido à paixão. Paixão pelo próximo e pelo trabalho que se funde em solidariedade. Entretanto, a paixão não pode sublimar a razão. O conhecimento transforma boa intenção em projetos, voluntários em executivos sociais. Capacitação gera captação. O saber leva os gestores de associações e fundações a otimizar seus esforços para a superação das metas."*

*(Leo Charles Henri Bossard II)*

## RESUMO

O Terceiro Setor é formado por organizações e iniciativas privadas sem fins lucrativos, que se dedicam às práticas sociais para gerar bens e serviços para a sociedade civil, como as associações privadas e fundações. Este setor surgiu visando auxiliar na redução das lacunas deixadas pelo Governo (Primeiro Setor) em função de sua deficiência no atendimento às demandas sociais. Devido ao reconhecimento da necessidade e da importância de dimensionar o Terceiro Setor para a mobilização de recursos humanos, financeiros ou técnicos e para garantir sua visibilidade frente à sociedade, este estudo propõe uma metodologia de mapeamento das organizações que o compõem. Aplicada e qualitativa, esta pesquisa é sob a ótica dos objetivos caracterizada como analítica/explicativa, pois analisou e elucidou o fenômeno de mapeamentos anteriores, utilizando fontes bibliográficas. Como resultado apresenta: um modelo de instrumento para a coleta de dados, o qual foi validado por meio de um pré-teste, um roteiro para futuros mapeamentos e um dicionário de dados como subsídio para a criação de um sistema de informação. Esta proposta, portanto, visou contribuir para que o Terceiro Setor, devido a sua busca pelo bem comum ao atender às necessidades da população, alcance maior visibilidade diante das autoridades governamentais, entidades privadas e da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Mapeamento. Associações sem fins lucrativos. Organizações não governamentais. Fundações.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTRUMENTOS LEGAIS PERTINENTES AO TERCEIRO SETOR.....	24
QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS MAPEAMENTOS DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL – 2002-2010.....	40
QUADRO 3 – DADOS COLETADOS EM MAPEAMENTOS DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL – 2002-2010.....	41
QUADRO 4 – QUESTÕES ALTERADAS, EXCLUÍDAS OU NÃO ALTERADAS.....	46

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
CAO-TS	Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor do Ministério Público
CEATS	Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor
CEDOC	Centro de Documentação e Informação em Terceiro Setor
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CETS	Centro de Estudos do Terceiro Setor
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEA-USP	Faculdade de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FOS	Federação de Obras Sociais
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NITS	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Terceiro Setor
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Articulação pela Cidadania
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REBRAF	Rede Brasileira de Entidades Assistenciais e Filantrópicas
SCSA	Setor de Ciências Sociais Aplicadas
TS	Terceiro Setor
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNA	Centro Universitário de Ciências Gerenciais da Uma
UNIBES	União Brasileira Israelita do Bem Estar Social
UniBH	Centro Universitário de Belo Horizonte

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA</b> .....	11
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	14
<b>4</b>	<b>LITERATURA PERTINENTE</b> .....	15
4.1	CONCEITUALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR .....	15
4.2	A CONSOLIDAÇÃO DO TERCEIRO SETOR .....	18
4.3	PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES .....	22
4.4	LEGISLAÇÃO PERTINENTE .....	23
4.5	SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA .....	26
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS</b> .....	29
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	30
6.1	TIPO DE PESQUISA .....	30
6.2	ETAPAS DA PESQUISA .....	31
6.2.1	Análise retrospectiva das iniciativas de mapeamentos .....	31
6.2.2	Criação do instrumento de coleta de dados para o pré-teste .....	31
6.2.3	Pré-teste e validação do instrumento de coleta de dados .....	32
6.2.4	Diagramação de uma proposta para processos de mapeamento .....	32
6.2.5	Definição de um dicionário de dados .....	32
<b>7</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	33
7.1	ANÁLISE RETROSPECTIVA DAS INICIATIVAS DE MAPEAMENTOS .....	33
7.1.1	Censo do Terceiro Setor do Estado do Pará .....	33
7.1.2	Mapa do Terceiro Setor .....	34
7.1.3	Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte .....	36
7.1.4	Censo do Terceiro Setor de São Bernardo do Campo .....	37
7.1.5	Mapeamento do Terceiro Setor do NITS .....	38
7.1.6	Mapeamento do Terceiro Setor na cidade de Londrina .....	39
7.2	COMPILAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS METODOLOGIAS .....	40
7.3	CRIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	43
7.4	DIAGRAMAÇÃO DE UMA PROPOSTA .....	48
7.5	DEFINIÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE DADOS .....	49
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b> .....	51
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	53
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COMO PRÉ-TESTE</b> .....	57
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO VALIDADO</b> .....	64
	<b>APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE MAPEAMENTO DO TERCEIRO SETOR</b> .....	72
	<b>APÊNDICE D – DICIONÁRIO DE DADOS</b> .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor (TS) compreende organizações e iniciativas privadas sem fins lucrativos, voltadas para práticas sociais, que geram bens e serviços para a sociedade civil, como as associações privadas e fundações, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Sociais (OSs). Este setor surgiu a partir da consideração dos cidadãos de uma deficiência do governo (Primeiro Setor) em atender às demandas sociais, principalmente àquelas das populações menos favorecidas; iniciativa que, embora não possa nem deva substituir a ação estatal, é entendida como auxiliar na redução das desigualdades presentes na sociedade. Neste sentido, as organizações do Terceiro Setor, ao minimizarem as lacunas deixadas pelo Estado, desempenham um papel fundamental no enfrentamento e na solução dos problemas sociais do país.

A seleção deste tema de pesquisa, “Terceiro Setor”, foi inspirada pelo reconhecimento da necessidade e importância de seu dimensionamento para a mobilização de recursos, sejam eles humanos, financeiros ou técnicos, e da sua crescente expansão no Brasil. Saber quantas são estas organizações, onde estão localizadas, a origem e a destinação dos seus recursos econômicos, a que funções se destinam dentre outras informações, se faz relevante como subsídio ao planejamento de ações pelas próprias organizações, pelo poder público, por iniciativas privadas e também pela sociedade civil. A realização deste dimensionamento, através de um mapeamento, necessita de adequado gerenciamento, armazenamento e recuperação de informações e, para tanto, a Gestão da Informação é considerada uma área capaz de alavancar e desenvolver este processo.

O recorte do tema, para uma abordagem voltada ao seu mapeamento, foi motivada pelo conhecimento de que a Universidade Federal do Paraná (UFPR), mais especificamente o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Terceiro Setor (NITS), já participou de uma iniciativa paranaense que visava o desenvolvimento e a implantação de uma metodologia para a identificação e caracterização das entidades do setor, a qual, infelizmente foi descontinuada. Considerando que o NITS é uma unidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas (SCSA) e de o mesmo colocar à disposição seu ambiente como laboratório de ensino, pesquisa e extensão de graduandos do SCSA, a autora julgou ser pertinente à sua formação em Gestão da Informação o

aproveitamento da oportunidade para desenvolver sua pesquisa voltada a uma necessidade real.

A partir da análise retrospectiva das iniciativas identificadas de mapeamentos do Terceiro Setor e com base na literatura pertinente, foi proposta uma metodologia que compreendeu a elaboração de um instrumento de coleta de dados, a definição de um roteiro para o processo de mapeamento e a criação de um dicionário de dados. Com esta investigação, portanto, se teve a pretensão de colaborar com a Universidade retribuindo, de forma voluntária, o investimento público na autora e, consequentemente, recompensar a sociedade oferecendo-lhe informações para seu desenvolvimento e evolução.

## 2 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

A criação de leis, regulamentos, decretos e metodologias gerenciais voltados à administração do Terceiro Setor e a relação das organizações deste setor com outros setores, não ocorreram na mesma proporção e dinamicidade do seu próprio crescimento. As entidades não governamentais sem fins lucrativos carecem de profissionalização, de novos incentivos derivados da legislação, de projetos que colaborem com seu crescimento, a fim de que suas práticas sejam fortalecidas e reconhecidas com mais rapidez, acompanhando sua expansão.

Numa prévia e breve busca de informações sobre o tema, foram encontradas seis iniciativas no sentido de identificar entidades do Terceiro Setor e suas características.

Anteriormente a estas iniciativas, mais especificamente no ano de 1991, o Banco Mundial e o governo do estado de São Paulo assinaram um contrato com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. As cláusulas previam o repasse de US\$ 323 milhões aos municípios da região para investimentos na educação (US\$ 245 milhões, 41% do total de recursos, seriam repassados pelo Banco). Os municípios, por sua vez, deveriam repassar 15% dos recursos recebidos para as organizações não governamentais locais que trabalhavam com educação pré-escolar. Entretanto, até 1994 nenhum recurso foi repassado porque, lastimavelmente, a Secretaria não tinha conhecimento de quais e quantas eram estas organizações, o que a obrigaria primeira e urgentemente a realizar uma pesquisa para identificá-las (COELHO, 2005, p. 18). Este acontecimento demonstra que a falta de um dimensionamento do Terceiro Setor implica, também, em perda de recursos financeiros diretos e indiretos das organizações envolvidas.

Em meados de 2002, o Governo do Estado do Pará, através do Programa de Articulação pela Cidadania (PAC), o Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação Orsa, uniram-se para realizar o censo do Terceiro Setor do Estado do Pará, mais especificamente na Região Metropolitana de Belém, pois não havia estatísticas para auxiliar na implementação de políticas públicas para esta região (MEREGE, 2005, p. 11). Este trabalho foi inédito, pois na época ainda não existiam no Brasil informações sobre o Terceiro Setor em nível estadual, e iniciou-se em março de 2004, coordenado pelo CETS, em parceria com

o Governo estadual, universidades e organizações locais (MEREGE, 2005, p. 32). O trabalho foi concluído e um relatório detalhado foi escrito em 2005.

Em âmbito nacional, verificou-se a iniciativa do CETS, da FGV, que iniciou o projeto do Mapa do Terceiro Setor no ano de 2003, o qual utilizou a classificação das organizações do Terceiro Setor proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) (HERCULANO, 2003). No entanto, este levantamento não teve continuidade em função da aposentadoria de seu coordenador.

Em 2005, um projeto de pesquisa para dimensionar o Terceiro Setor da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, foi realizado em parceria com o Governo do Estado e com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (MITRAUD et al., 2006. p. 5). Um questionário foi aplicado e os resultados foram tabulados e demonstrados em um relatório, cujos dados foram cruzados para identificar as potenciais parcerias entre as instituições e o Estado.

No final do ano de 2006, a Prefeitura do município de São Bernardo do Campo, em São Paulo, assinou oficialmente um convênio com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e a Fundação Salvador Arena propondo a realização de uma pesquisa censitária sobre o Terceiro Setor, coordenada pelo CETS da FGV (MEREGE, 2009, p. 12). A iniciativa foi inédita no Estado de São Paulo e gerou dados empíricos das organizações do Terceiro Setor que atuam no município de São Bernardo do Campo. Seu relatório foi publicado em 2009 e detalhou o mapeamento.

No Paraná, em 2008, a iniciativa ocorreu entre o Ministério Público do Estado do Paraná, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Fundações e do Terceiro Setor, em parceria com entidades do Terceiro Setor e universidades. Esta iniciativa, que objetivava mapear as organizações do município de Curitiba, teve a participação do NITS, da UFPR. Entretanto, este trabalho também não teve prosseguimento pela falta de uma coordenação para impulso das atividades.

Em 2010, com o objetivo de traçar o perfil do Terceiro Setor na cidade de Londrina, no Paraná, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) realizou um estudo para o levantamento da totalidade de organizações na cidade. Esta pesquisa enviou um questionário a 320 entidades e obteve 247 respostas, resultando no detalhamento do perfil do Terceiro Setor de Londrina, que contribuiu para a ampliação da discussão sobre o tema, embora tenha sido um estudo quantitativo (SANTOS et al., 2013, p. 51).

Estas iniciativas isoladas, algumas nem mesmo concluídas, demonstram a necessidade de novos mapeamentos, pois a dispersão das organizações e o desconhecimento de suas características repercutem negativamente:

- a) na orientação dos governos em relação à manutenção e inovação das políticas sociais;
- b) nos processos de direcionamento de recursos provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, quando da participação em projeto de responsabilidade social;
- c) na atualização da legislação pertinente;
- d) na visibilidade do setor na sociedade; e
- e) na expansão do setor.

Devido ao papel estratégico do Terceiro Setor para o crescimento econômico do Brasil, um país em desenvolvimento, e de seu impacto sobre a sociedade, pressupõe-se que esta situação de anonimato das organizações que o compõem não deve persistir.

Correr o risco de continuar desconhecendo, quantitativa e qualitativamente, onde as organizações estão, como se estruturam, como atuam, quem são seus parceiros, entre outras características e, principalmente, qual o montante de recursos privados e públicos que administram, é negar-lhes seu papel sócio-econômico. Ao mesmo tempo, permitir que novas iniciativas isoladas surjam é fechar os olhos para a necessidade da aplicação de uma metodologia global e uniforme que possa alimentar um sistema nacional de informações sobre o Terceiro Setor. E, pensando-se em um setor da economia em pleno desenvolvimento, a ausência de dados que possam ser acessados e compartilhados por todos aqueles que precisam de ajuda e todos aqueles que desejam prestar algum tipo de ajuda é, no mínimo, incoerente com a Era da Informação em que vivemos.

Portanto, o desafio desta pesquisa é encontrar a compatibilidade entre a teoria e as várias iniciativas pragmáticas de construção de uma metodologia para o mapeamento do Terceiro Setor, e que esta compatibilidade sirva de base para a estruturação de uma nova metodologia, a fim de subsidiar a criação de um sistema nacional unificado sobre as organizações do Terceiro Setor.

### 3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa, ao tratar de temática relativa ao Terceiro Setor, justifica-se pelo fato de que um mapeamento das organizações que nele se enquadram auxilia na tomada de decisões dos diversos interessados, sejam eles do governo, da iniciativa privada e da própria sociedade civil. Uma pesquisa desta natureza propicia informações acerca da dimensão do Setor e facilita a elaboração de estudos, pesquisas e projetos para a melhoria do próprio setor. Conhecer as instituições e saber em que áreas específicas atuam facilita o direcionamento do planejamento de ações estatais e privadas. Para Madeira e Biancardi (2003, p. 178) “é absolutamente consensual a ideia da importância e da urgência de organizar tanto um bom cadastro que atue com instrumento gerencial, como o desenvolvimento de uma pesquisa que qualifique e quantifique [...] o Terceiro Setor”.

O investimento privado na resolução dos problemas sociais fez com que as organizações do Terceiro Setor crescessem e contribuíssem na prestação de serviços à sociedade, empregando trabalhadores, movimentando o produto interno bruto do país e reunindo diversos voluntários. Nesse sentido, o mapeamento deste setor auxilia também na identificação de novas oportunidades para aplicações de capital e, conseqüentemente, de emprego e geração de renda.

As organizações do Terceiro Setor, ao dedicarem-se para o atendimento das necessidades da população, desempenham um importante papel na sociedade, pois a assistência que prestam contribui para a diminuição da marginalização social do Brasil. Sendo assim, o mapeamento do Terceiro Setor se justifica por melhorar e facilitar a visualização da dimensão deste segmento às autoridades governamentais e privadas. Esta maior visibilidade, portanto, pode contribuir para que se alicercem novas parcerias em prol do desenvolvimento do setor.

Cabe, por fim, salientar que os resultados desta pesquisa proporcionarão à Universidade Federal do Paraná cumprir com sua missão de produzir, socializar e aprimorar o conhecimento, pois um estudo por ela subsidiado, e fundamentado na literatura pertinente e nas metodologias já aplicadas, é capaz de oferecer uma nova proposta de mapeamento que possa ser gradativamente aplicada e seus dados constituírem uma base de informações aos diversos segmentos da sociedade.

## 4 LITERATURA PERTINENTE

O Terceiro Setor, composto por organizações privadas sem fins lucrativos, direciona sua atuação a finalidades coletivas. A mensuração dos beneficiados com as suas atividades é tarefa complexa, dificultada pela falta de mapeamentos que contemplem informações consistentes sobre a dimensão e as especificidades de sua atuação.

Para entender o contexto e as especificidades envolvidas na temática abordada neste trabalho, esta seção compila, a partir da literatura pertinente, tópicos do Terceiro Setor referentes à sua conceitualização e consolidação, à legislação envolvida e à sustentabilidade econômica praticada por suas organizações.

### 4.1 CONCEITUALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor conceitua-se como o conjunto de organizações privadas, voltadas para práticas sociais, gerando bens e serviços para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Para Mañas e Medeiros (2012, p. 18) é “um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos que não geram lucro, mas respondem a necessidades coletivas”. França Filho (2002, p. 10) afirma que o “termo terceiro setor [...] é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia”. De acordo com as orientações do Ministério Público do Paraná (PARANÁ, 2005, p. 17), “o traço marcante das organizações que integram o Terceiro Setor é a ausência de finalidade econômica [...] suas atividades são orientadas pelos laços de solidariedade entre os indivíduos, o espírito do voluntariado e o consenso na busca do bem comum”.

O crescimento das organizações da sociedade civil trouxe à tona o termo “Terceiro Setor”, compreendendo assim todas as entidades privadas com fins públicos e que visam a atender aos direitos sociais básicos. Para Yamaguti (2006, p. 73) o termo é “utilizado para caracterizar uma atuação não estatal, mas cuja ação visa ao interesse público, ou seja, engloba associações com fins públicos, porém de caráter privado”. Utilizado por pesquisadores nos Estados Unidos pela primeira vez na década de 70, o termo passou a ser usado também por pesquisadores europeus a partir da década de 80 (COELHO, 2005, p. 58).

Segundo Rothgiesser, apud Mañas e Medeiros (2012, p.18), “o terceiro setor consiste em cidadãos que participam de modo espontâneo e voluntário de ações que visam o interesse social”, demonstrando assim, o caráter de espontaneidade, filantropia, solidariedade e voluntariedade que permeia esse ator social. Além disso, são caracterizadas por serem organizações estruturadas, autogovernadas e que envolvem indivíduos em esforços voluntários (COELHO, 2005, p. 61).

O Terceiro Setor é caracterizado por Matayoshi (2006, p. 44) como

um conjunto de iniciativas privadas, sem finalidades de lucro e direcionadas para o bem estar-público, sua composição abriga organizações da sociedade civil que praticam atividades assistenciais e benéficas, bem como grupos comunitários, movimentos sociais, entidades voltadas para a filantropia empresarial, ONGs, dentre outras entidades não motivadas pelo lucro financeiro.

Para Fernandes (2005, p. 27)

o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Fazem parte do Terceiro Setor as associações privadas e fundações, as ONGs e as OSs. Cada uma delas possui características particulares, que as diferenciam entre si, embora todas elas estejam em busca do bem comum, ao voltar-se para práticas sociais.

Segundo o viés jurídico, na categoria de entidades sem fins lucrativos há uma distinção entre associações e fundações. Para Szazi (2006, p. 27) “uma associação pode ser definida como uma pessoa jurídica criada a partir da união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”. Ou seja, em uma associação há fins e interesses próprios que podem ser modificados e seu patrimônio é constituído pelos sócios; enquanto nas fundações, os interesses são alheios e imutáveis, isto é, são do fundador e seu patrimônio é fornecido pelo instituidor (LANDIM, 1993 apud COELHO, 2005, p. 85-86).

Já, em seu artigo 44, o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) define que as fundações são pessoas jurídicas de direito privado, assim como as associações, sociedades, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada. O artigo 62 do referido Código define que

“para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”. O parágrafo único do mesmo artigo limita a finalidade das fundações, definindo que somente poderão ser constituídas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

De acordo com Coelho (2005, p. 84), “as organizações do terceiro setor, para fins legais, são denominadas entidades sem fins lucrativos”, visto que “ONG” não é um termo presente na legislação, mas que se aproxima das associações. Este termo é caracterizado como uma designação genérica das entidades integrantes do Terceiro Setor, cujo objetivo é o atendimento de necessidades sociais ou a defesa de direitos difusos, assim chamadas por não estarem vinculadas a órgãos governamentais, mas apenas atreladas a iniciativa da sociedade civil (PARANÁ, 2005, p. 28).

Em 23 de março de 1999, foi promulgada a Lei nº 9.790 para tratar das OSCIPs, sendo um marco para o Terceiro Setor. Para Yamaguti (2006, p. 76) quando esta lei foi publicada, seu “objetivo precípua era o de fortalecer o terceiro setor, em virtude de sua capacidade de criar projetos, assumir compromissos, mobilizar pessoas e gerar recursos necessários ao desenvolvimento social”. Segundo o artigo 1º da referida Lei, “podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”, ou seja, as associações e fundações e é considerada sem fins lucrativos

a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (Lei nº 9.790/99, art. 1º, § 1º).

Esse acrônimo, OSCIP, é uma qualificação que pode ser obtida pelas entidades de interesse social que tenham sido constituídas com as finalidades previstas no artigo 3º da Lei nº 9.790/99:

promoção da assistência social, da cultura, da segurança alimentar e nutricional, do desenvolvimento sustentável, econômico e social, do combate à pobreza, de direitos estabelecidos, da ética, paz, cidadania, direitos humanos, democracia e outros valores universais; defesa e conservação de patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação e da saúde; defesa, preservação e conservação do meio-ambiente; experimentação não lucrativa de novos modelos só-

cio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; construção de novos direitos; assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; estudos e pesquisas; desenvolvimento de tecnologias alternativas; produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados aos aspectos anteriormente citados.

A qualificação OSCIP, além de permitir que as instituições celebrem Termos de Parceria com o Poder Público, possibilita que as doações realizadas às entidades qualificadas sejam abatidas do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas doadoras (PARANÁ, 2005, p. 29).

Organizações Sociais, por sua vez, são definidas pela Lei nº 9.637, do ano de 1998, em seu artigo 1º como “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde”.

#### 4.2 A CONSOLIDAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

As transformações na sociedade brasileira fizeram com que os papéis dos atores sociais fossem redistribuídos para que se alcançasse o bem comum. Nesse sentido, Szazi (2006, p. 22) cita que “a sociedade civil organizada assumiu novas responsabilidades pela proteção e defesa de direitos, antes inseridas na órbita exclusiva do Estado (Primeiro Setor)”. Dessa forma, o Terceiro Setor consolidou-se no Brasil nas últimas décadas, principalmente devido às crises nacionais e à administração governamental geradora de desigualdades e exclusão social e incapaz de atender a todas as demandas da sociedade. Para Salamon (1998, p. 5) o crescimento do Terceiro Setor “reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado a contínua crise de confiança na capacidade do Estado”. O setor privado (Segundo Setor), pouco incentivado a apoiar ações em favor de uma sociedade mais equilibrada socialmente, também colaborou para a consolidação do Terceiro Setor, ao partir da conscientização do crescimento de desigualdades sociais e da necessidade de sua diminuição para a melhoria de vida dos cidadãos.

Nesse âmbito, o Terceiro Setor, seja como provedor das necessidades básicas dos cidadãos ou como fomentador de ações para que o Estado crie políticas

públicas (YAMAGUTI, 2006, p. 86), desempenha papel fundamental ao preencher as lacunas deixadas pelo Primeiro e Segundo Setores. Para Meregé (2005, p. 11) “o Terceiro Setor é, ao lado do Estado e do setor privado, um dos pilares da sociedade moderna”. Nesse sentido, Salamon (1998, p.10) cita que “o relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor tem sido caracterizado mais por cooperação do que por conflito”. É evidente que a interação de ações e agentes que implementam as políticas públicas faz com que haja troca de experiências, a fim de garantir maior racionalidade, criatividade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas (MADEIRA E BIANCARDI, 2003, p. 178). Soares-Baptista (2006, p. 41) coloca que uma entidade pertencente ao Terceiro Setor é “como um ator que busca a simetria de poder em relação aos dois outros setores e [...] preencher lacunas sociais deixadas pela atuação (ou não atuação) do Estado e das organizações privadas”.

No Brasil, foi apenas nos anos 1990 que as associações da sociedade civil e as ONGs tiveram reconhecimento como sendo do Terceiro Setor, que passou, então, a ser considerado como um campo de estudos e de atuação profissional (MATAYOSHI, 2006, p. 45). Também foi somente a partir da década de 90 que passaram a ser mensuradas como um setor específico da economia, demonstrando assim sua importância econômica (MADEIRA E BIANCARDI, 2003, p. 177). Madeira e Biancardi (2003, p. 177) argumentam que:

as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos dedicadas a ações sociais têm longa existência no país, entretanto, nas últimas décadas, têm se multiplicado com rapidez e alterado suas características no que diz respeito tanto à sua constituição como à sua ação e aumentando a sua visibilidade. Cada vez mais elas vêm se consolidando em um formato que as distancia da tradicional dedicação à filantropia e à caridade, para focalizar sua atuação no âmbito de um espaço mais politizado da sociedade organizada e na busca de ampliação e racionalização da sua ação social.

O Terceiro Setor foi se tornando importante devido às crises sociais e à busca por sua profissionalização, a fim de garantir uma gestão mais eficaz de seus recursos. Esta busca demonstrou que as organizações do Terceiro Setor devem também se preocupar com aspectos relacionados ao capital humano. Para Szazi (2006, p. 78) “o Terceiro Setor (sociedade civil organizada) tem na força de trabalho, seja ela voluntária, seja remunerada, o principal fator crítico de sucesso”. É visto que estas organizações dependem do engajamento das pessoas físicas em projetos sociais, sem necessariamente visar recursos financeiros em troca, ou seja, do voluntariado.

Gil (2006, p. 121) defende que “a vontade de participar de determinada ação surge de motivações individuais, expressas em uma vontade de pertencimento que se dirige à inclusão coletiva”. Um quadro de pessoal motivado e imbuído dos propósitos que norteiam a organização é, portanto, fator crucial para que se alcance o êxito nos objetivos institucionais (SZAZI, 2006, p. 78).

As organizações do Terceiro Setor, embora de caráter privado, se dedicam a interesses públicos e, por isto, têm participação na definição de políticas públicas e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico das nações. O Terceiro Setor brasileiro, a partir de um processo nacional de democratização e da influência de processos mundiais de valorização das organizações sem fins lucrativos como atores políticos, passou por uma mudança em seu perfil, o que levou a sua maior valorização como tema de pesquisas e estudos (COELHO, 2005, p. 23). Os primeiros estudos sobre a temática em ambiente acadêmico direcionavam-se para a gestão, para o marketing e para questões relativas à legislação do Terceiro Setor.

Em meados dos anos 1990, surgiram no Brasil, centros voltados para este foco, como o CETS da FGV, o Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CEATS), da Faculdade de Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) (MATAYOSHI, 2006, p. 41). Para Coelho (2005, p. 20) “estes centros têm um papel importante no aprofundamento do conhecimento, pois têm atraído estudantes e pesquisadores para o tema”, demonstrando, assim, a preocupação acadêmica com o assunto.

No ano de 2002, por sua vez, foi criado o NITS, por iniciativa de um docente na área de Ciências Econômicas. Esta unidade acadêmica, presente no âmbito do SCSA da UFPR, tem a missão de “orientar, organizar e dinamizar ações e estudos, além de pesquisas e extensão voltadas ao Terceiro Setor e de fortalecer a interação entre os agentes da comunidade universitária e os diversos agentes do setor atuantes no estado do Paraná” (UNIVERSIDADE, 2013). Este núcleo tem como finalidades: estimular a produção acadêmica de professores, pesquisadores, estudantes e técnicos-administrativos; investigar práticas relativas ao Terceiro Setor; e promover capacitações por meio de eventos, programas e cursos de extensão universitária. Corroborando com Matayoshi (2006, p. 47) o qual considera que “a sobrevivência da universidade depende da observação ativa dos fenômenos que ocorrem na sociedade”, o NITS procura efetivar esta interação entre academia e o novo ator social denominado Terceiro Setor, entendendo-a como essencial.

A relação do Terceiro Setor com as entidades privadas do Segundo Setor está sendo construída à medida que estas tomam consciência de sua responsabilidade social. Diferentemente do governo (Primeiro Setor), o mercado foi criando regras específicas para apresentar projetos sociais e buscar parcerias com o Terceiro Setor (MATAYOSHI, 2006, p. 42). Esta distância entre as ações de ambos os setores, de acordo com Matayoshi (2006, p. 42), está diminuindo “aos poucos, com o auxílio de mediadores – consultores, cursos, eventos temáticos, mídia em geral – que estão abrindo caminhos para um diálogo mais efetivo entre esses dois segmentos”, expandindo-se, assim, as parcerias que contribuem para o crescimento de ambas as partes, ao mesmo tempo que beneficiam a sociedade.

Para Madeira e Biancardi (2003, p. 178) “as significativas diferenças entre as lógicas de governo, de mercado e da sociedade civil organizada são entendidas como complementares e cada vez mais necessárias e produtivas”. Essas parcerias implicam na busca por formas de relacionamentos entre esferas distintas, porém, em torno dos mesmos objetivos, sem que percam sua identidade ou desviem-se de suas missões institucionais.

Apesar dos grandes avanços, o Terceiro Setor ainda carece de muitos recursos e de auxílios provenientes das mais diversas áreas que contribuam para a sua expansão qualitativa. Para Salamon (1998, p. 9) “como será a evolução do setor dependerá, em grande parte, de quão bem compreendidos serão os mitos a seu respeito, como equilibrará os compromissos [...] e como reagirão outras instituições”. Madeira e Biancardi (2003, p. 178) citam alguns desafios que devem ser enfrentados pelo Terceiro Setor, juntamente com o Estado e com a esfera privada, para que juntos alcancem a eficiência esperada:

- a) redefinição de suas funções tradicionais;
- b) novos formatos de organização interna;
- c) adequação de conformações jurídicas;
- d) melhorias na capacitação de recursos humanos e na gestão institucional, em busca da eficiência, transparência, avaliação e qualidade de resultados; e
- e) reconhecimento e legitimidade junto à sociedade.

De acordo com Coelho (2005, p. 102) um dos temas considerados prioritários para o crescimento do Setor é a “informação”, pois para a autora deve-se “estimular a criação de um sistema unificado de informações sobre o terceiro setor acessíveis

ao público [...] essas informações encontram-se dispersas em diversos órgãos”. Complementando, Cardoso (2005, p. 11) afirma que “não dispomos ainda no Brasil de informações sistemáticas e confiáveis sobre o Terceiro Setor [...] os dados estão dispersos, sendo trabalhados de maneira heterogênea e irregular”. A consciência de que a informação é um valioso ativo que deve ser considerado com prioridade, demonstra a importância da Gestão da Informação como aliada do Terceiro Setor, especialmente no que diz respeito ao seu mapeamento.

### 4.3 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES

O perfil destas organizações do Terceiro Setor varia conforme o público ou grupo social que atende. Este público é composto geralmente pela população carente, porém, algumas entidades do Terceiro Setor se voltam para nichos mais específicos, como a comunidade indígena, menores infratores, homossexuais, mulheres, deficientes físicos, moradores de rua, dentre outros. Há ainda àquelas que atuam, por exemplo, nas áreas de cultura, meio-ambiente, saúde, educação e desenvolvimento tecnológico e social. Para Coelho (2005, p. 111) existe um “fator determinante do perfil destas organizações: o perfil de seus fundadores. [...] geralmente, as trajetórias pessoais, as histórias de vida [...] influenciam a definição do âmbito de atuação da entidade”. Entretanto, ao delinear um perfil, a maioria das entidades do Terceiro Setor volta-se para a população carente e estão localizadas em área urbana em centros mais populosos (COELHO, 2005, p. 144).

O estudo intitulado *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) distribuiu as entidades nos seguintes campos de atuação para a realização da pesquisa: habitação, saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, associações patronais e profissionais, meio ambiente e proteção animal, desenvolvimento e defesas de direitos e outras instituições. Este mesmo estudo contabilizou mais de 290 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos existentes no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

As organizações do Terceiro Setor, de acordo com Arndt e Oliveira (2006, p. 66), são consideradas “as mais diversas, desde fundações mais estruturadas, que atuam em estreita proximidade com o Estado e/ou grandes empresas, até [...] grupos religiosos ou associações de moradores de bairro”. Como, por exemplo, as ONGs, que, segundo Coelho (2005, p. 107) fazem “um recorte mais específico de seus serviços, voltando-se para o atendimento de segmentos sociais tais como mulheres, homossexuais, portadores de AIDS [...]”. Já as associações e fundações convergem no que diz respeito a sua “clientela”, visto que, segundo Coelho (2005, p. 107) “geralmente têm como meta o atendimento da população carente, estando fortemente vinculadas aos princípios e programas da área de assistência social”. Isto é corroborado pelas orientações do Ministério Público do Paraná (2005), que descrevem que “embora similares, os institutos da associação e da fundação são como duas faces da mesma moeda, distintas, porém direcionadas a um mesmo fim, o avanço da solidariedade entre os seres humanos”.

Como os problemas sociais são diversos, as organizações, com o objetivo de atender todas as diferentes temáticas, podem assumir diferentes formatos e, segundo Karpouzias (2006, p. 39), “atuar em diversas áreas como saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento do ser humano”. Entretanto, apontam-se elementos comuns entre estas entidades: autonomia, descentralização, estrutura leve, flexibilidade, criatividade, trabalho voluntário, preocupação com o desenvolvimento da cidadania e promoção do interesse coletivo (GARAY, 2003 apud KARPOUZAS, 2006, p. 40). Para Karpouzias (2006, p. 40) “valores sociais como solidariedade, altruísmo, compaixão, a sensibilidade para com os necessitados, o compromisso com o direito de livre expressão, e os valores da iniciativa individual em prol do bem público” também delineiam o perfil destas organizações.

#### 4.4 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Para que uma organização se enquadre no perfil do Terceiro Setor, deve possuir determinadas características e cumprir exigências definidas em lei. A primeira delas foi formulada em 1916, com o intuito de regular as entidades sem fins lucrativos (COELHO, 2005, p. 91). Tais exigências foram ampliando-se no Brasil com a

criação de novas regulamentações, mas também aumentaram os tipos de entidades que podem se enquadrar nesta categoria. O Direito também

está presente nas relações entre aqueles que compõem o Terceiro Setor, desde o momento da criação de novas entidades e instituições até a sua extinção, e no momento em que estes entes dotados de personalidade jurídica (associações e fundações sem fins lucrativos) contratam com particulares e com o Poder Público, assumindo direitos e deveres” (MOSQUERA e SOUZA, 2004, p. 196).

Toda a legislação do Terceiro Setor exige que as organizações respondam às necessidades coletivas, podendo, em função desse aspecto, obter certificado de utilidade pública nas instâncias governamentais (COELHO, 2005, p. 81-82). Além disso, esta legislação oferece subvenções e isenção de taxas e, imunidade tributária constitucionalmente em casos específicos (assistência social, educação e saúde).

As competências das organizações do Terceiro Setor são definidas na Constituição Federal e também em leis infraconstitucionais. De acordo com Fischer (2002, p. 34) “a legislação pertinente a organizações da sociedade civil não é um conjunto único, mas encontra-se dispersa nos textos do Código Civil e na legislação tributária”, como também na previdenciária. O Quadro 1 abaixo lista instrumentos legais pertinentes ao Terceiro Setor, embora não esgote os diversos marcos aplicáveis nesse âmbito.

Quadro 1 – Instrumentos legais pertinentes ao Terceiro Setor

(continua)

<b>Instrumento legal</b>	<b>Descrição</b>
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Artigo 5º, incisos XVII a XXI	Dispõe sobre a liberdade de associação.
Código Civil (Lei nº 10.406/2002) Artigos 53 a 61	Dispõe sobre as associações.
Código Civil (Lei nº 10.406/2002) Artigos 62 a 69	Dispõe sobre as fundações.
Lei nº 9.790/1999	Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.
Decreto nº 3.100/1999	Regulamenta a Lei nº 9.790/1999.
Lei nº 9.637/1998	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

(conclusão)

<b>Instrumento legal</b>	<b>Descrição</b>
Lei nº 91/1935	Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.
Decreto nº 50.517/1961	Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.
Lei nº 8.742/1993	Dispõe sobre a organização da Assistência Social.
Lei nº 7.689/1988	Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências.
Lei n.º 9608/ 1998	Dispõe sobre o serviço voluntário.

Fonte: Szazi (2006)

Segundo Mosquera e Souza (2004, p. 196), “são as normas de direito civil que regulamentam a constituição de novas associações e fundações. São as normas de registros públicos que determinam o nascimento jurídico destas instituições”.

O Ministério Público é o responsável por defender os interesses sociais e individuais indisponíveis, proteger o patrimônio público e social e o patrimônio das fundações como entidades privadas de interesse social (PARANÁ, 2005, p. 22). O Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), em seu artigo 66, estatui que “velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas”. A fiscalização das fundações também é responsabilidade do Ministério Público e a prestação de contas exercidas por elas é uma das formas de fiscalizar. A prestação de contas no Estado do Paraná está disposta no capítulo II, título V, da Resolução nº 2.434/2002 da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. As prestações de contas devem ser feitas através do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP).

Os gestores das entidades do Terceiro Setor devem conhecer a legislação envolvida, visto que ela norteia seu crescimento e suas limitações ao definir seus limites legais, ampliando ou restringindo sua identificação e suas subvenções, além de outros fatores que as afetam. Neste sentido, Mosquera e Souza. (2004, p. 197) destacam que para a sua manutenção as entidades “subordinam-se às normas jurídicas para gerir seus recursos financeiros, patrimoniais e humanos, bem como para desenvolver seu potencial institucional”. Para Coelho (2005, p. 97), “a ampliação ou restrição das possibilidades legais desses benefícios pode significar a sobrevivência ou a morte dessas organizações”.

Por ser uma realidade relativamente nova e diversificada, o Terceiro Setor precisa rediscutir seus antiquados marcos, os quais não dão conta de fenômenos

como as relações crescentes de parcerias e, com isto, não estimulam a atuação dos cidadãos ao tratar de forma indiferenciada todo e qualquer tipo de associação civil (CARDOSO, 2005, p. 11). Para Montañó (2003, p. 200):

com independência da falta de rigor na definição das entidades que comporiam o chamado “terceiro setor”, desenvolveu-se, no Brasil, uma legislação, fundamentalmente nos últimos anos, que tem ajudado à criação e operação de certas entidades privadas como “interesse público”, “não-governamentais” e “sem fins lucrativos”, como corolário e justificativa para o processo neoliberal de desresponsabilização do Estado.

As normais legais referentes ao tema, embora necessitem de atualizações e ampliações, são essenciais para que o Terceiro Setor avance e continue construindo sua identidade na sociedade brasileira. A reformulação do marco legal do Terceiro Setor no Brasil é necessária e atualmente encontra-se em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei com esta proposta. Para Fischer (2002, p. 35) “estas mudanças no ordenamento jurídico [...] indicam o crescimento da importância das organizações do Terceiro Setor no protagonismo do desenvolvimento social do Brasil”. Além disso, estudos sobre a legislação de outros países, com fins comparativos, se mostram pertinentes em momentos de criação e reformas legislativas.

#### 4.5 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

A consolidação do Terceiro Setor atraiu estudos sobre como estas entidades podem captar recursos para conseguirem sustentar-se. Esses processos tornam-se necessários visto que para oferecerem seus serviços também precisam buscar recursos externos à própria entidade, de modo a possibilitar a oferta gratuita à comunidade ou cobrando taxas ínfimas (COELHO, 2005, p. 107). Para Yoffe (2004, p. 208) as entidades “precisam de recursos tanto para ser efetivas quanto para ser sustentáveis” e “a existência ou não desses recursos expressa o enraizamento dessas organizações na sociedade, manifesta o grau de articulação que elas mantêm com seu entorno”.

O captador de recursos para o Terceiro Setor deverá liderar os processos de captação e implementação dos mesmos. Para Coelho (2005, p. 107), os serviços do Terceiro Setor são “subsidiados através de verbas governamentais, doações, fontes

de financiamento privadas” e, segundo a mesma autora, “graças aos incentivos e subsídios fiscais, essas organizações são capazes de atrair recursos não-tributáveis”. Segundo Bailey (2000) apud Montañó (2003), os recursos podem provir de:

- a) simpatizantes, membros, filiados à organização e público em geral;
- b) empresas “doadoras” ou fundações de filantropia empresarial;
- c) atividades comerciais, vendas de serviços;
- d) instituições estrangeiras; e
- e) recursos governamentais.

Com frequência, as entidades precisam procurar novas fontes de financiamento, o que pode implicar em mudanças em seus objetivos e em sua forma de atuação (MENDES, 1997), porém, as verbas governamentais tendem a ser a principal fonte de recursos do Terceiro Setor. Algumas fontes de financiamento de recursos geram imposições às entidades, focando em resultados de curto prazo e, assim, as organizações, segundo Arndt e Oliveira (2006, p. 68) “redirecionam seu foco de ação em função da mudança de prioridades das agências internacionais, o que tem originado fragmentações, descontinuidades e baixa efetividade no combate a problemas sociais”.

Essa necessidade de captar recursos fora de suas atividades, devido a sua insuficiente geração, em muitos casos, pela característica de “gratuidade”, faz com que muitas entidades do TS não se auto-sustentem e, assim, a captação de recursos, ou *fund raising* torna-se essencial, podendo até condicionar a missão e a filosofia da entidade (MONTAÑO, 2003, p. 207). Para Yoffe (2004, p. 208), *fundraising* “é um processo de busca de recursos que deve se transformar em prática profissional e, como tal, estabelecer uma atividade reflexiva que lhe permita construir uma determinada teoria sobre sua atividade”. Atualmente, existe no Brasil a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), que tem como objetivo precípua estabelecer uma rede nacional de captadores e mobilizadores de recursos das organizações da sociedade civil. Segundo Montañó (2003, p. 207) “em determinados países com maior desenvolvimento do “Terceiro Setor” estas atividades, de *fundraising*, têm movimentado importantes volumes de recursos”.

Para auxiliar nos processos de captação de investimentos que sejam duradouros e colaborem com sua sustentabilidade econômica, as organizações do Terceiro Setor devem empregar esforços para criar e divulgar uma boa imagem institu-

cional, preparar relatórios para investidores e avaliar suas campanhas, utilizando as formas mais dinâmicas de comunicação disponíveis atualmente (SANTANA, 2006, p. 147). Segundo Santana (2006, p. 147), a “multifuncionalidade da comunicação é hoje essencial para a sobrevivência financeira de qualquer instituição ou organização não-governamental neste mundo capitalista e globalizado”. Para a mesma autora “o Terceiro Setor se vê obrigado a criar catálogos e malas-diretas e a desenvolver apresentações da entidade para possíveis patrocinadores em um esforço de captação de recursos” (SANTANA, 2006, p.147). Existem formas de captar recursos com eventos e com projetos de geração de renda, por exemplo. Além disso, para Mosquera e Souza (2004, p. 197) “há uma série de incentivos fiscais aos doadores que podem ser utilizados pelas entidades como estratégia na captação de recursos”.

Entretanto, a preocupação não é somente com a forma que os recursos serão captados, mas também com os mecanismos de controle e avaliação dos serviços prestados a partir destes recursos. Controlar e avaliar a qualidade dos serviços é uma necessidade, pois os controles de repasse de verbas são, em sua maioria, apenas orçamentários. De acordo com Coelho (2005, p. 166) “atualmente, para garantir um mínimo de isenção e o controle da qualidade do que está sendo ofertado, os repasses de recursos têm sido feitos com a exigência de mecanismos de acompanhamento e avaliação externa”.

Para Heckert e Silva (2008, p. 320) “as organizações do Terceiro Setor também estão começando a perceber a importância de contarem com modelos e ferramentas de gestão mais eficientes”. As entidades compreenderam a necessidade de controles qualitativos, muito embora eles devam ser colocados em prática da forma mais efetiva, a fim de que os processos de repasse de recursos não se tornem demasiadamente burocráticos e morosos. Para Yoffe (2004, p. 212-213), o que deve ser assinalado é a “importância do fato de as organizações se adaptarem a uma realidade com o objetivo de enfrentar o desafio de cobrir a crescente demanda de serviços com renovadas formas de gerar recursos”. Nesse sentido, nota-se que a sustentabilidade econômica deste tipo de organização, além de envolver os processos de captação de recursos, necessita da efetiva gestão dos mesmos para que as entidades realmente possam sustentar-se e, assim, possam dar continuidade ao seu crescimento.

## 5 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

Define-se como objetivo geral desta pesquisa: propor uma metodologia de mapeamento do Terceiro Setor como subsídio à criação de um sistema nacional de informações sobre o Terceiro Setor.

São objetivos específicos dele decorrentes:

- a) analisar as metodologias de mapeamentos do Terceiro Setor anteriormente realizadas e devidamente documentadas e compilar suas características;
- b) definir um instrumento de coleta de dados a partir da compilação das metodologias dos mapeamentos anteriormente identificados, aplicá-lo na forma de pré-teste e validá-lo;
- c) diagramar uma proposta para processos de mapeamento das organizações do Terceiro Setor; e
- d) criar um dicionário de dados como subsídio à configuração dos dados de um futuro sistema sobre o Terceiro Setor.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método, segundo Laville e Dione (1999, p. 11) “indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia”.

Por ser um estudo acadêmico e, portanto, científico, esta pesquisa utilizou-se de uma abordagem metodológica em seu planejamento e sua execução para assegurar que os resultados fossem válidos, para sistematizar a construção dos conhecimentos advindos da investigação e para possibilitar a sua replicação em momentos e situações futuras.

A abordagem metodológica da pesquisa é qualitativa e os procedimentos adotados estão devidamente descritos nesta seção.

Intrinsecamente ao método, a pesquisa é também caracterizada, a seguir, segundo sua tipologia.

### 6.1 TIPO DE PESQUISA

Para caracterizar a pesquisa optou-se pela classificação de Santos (2007, p. 28-30), o qual define uma investigação, segundo sua tipologia, por seus objetivos, suas fontes de dados e seus procedimentos de coleta de dados.

Olhada sob a ótica de seus objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como analítica, também denominada explicativa, pois examina o modo como o fenômeno dos mapeamentos do Terceiro Setor tem acontecido, aprofundando e socializando os conhecimentos de uma realidade para a criação de um novo modelo de mapeamento. Para Santos (2007, p. 28-29), “analisar é explicar e criar uma teoria aceitável a respeito de um fato/fenômeno/processo” e pesquisas explicativas são aquelas que se ocupam “com a identificação dos fatores que contribuem para sua ocorrência ou a determina”.

Sob a ótica das fontes de dados, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, já que se utiliza de uma bibliografia, genericamente conceituada como um conjunto de materiais (livros, pesquisas, relatórios, *sites*, entre outros documentos devidamente registrados e disponibilizados) elaborados a respeito de um assunto. Ressalta-se a utilização do acervo do Centro de Documentação e Informação em Terceiro Setor (CEDOC), célula do NITS, especializado em informações sobre e para o tema.

Do ponto de vista da coleta de dados, a pesquisa utilizou-se de levantamentos: primeiramente, junto às fontes bibliográficas para construir a sua fundamentação teórica e para compilar as informações que constituíram a nova metodologia de mapeamento proposta; e posteriormente, na forma do ensaio junto às organizações para testar a viabilidade do questionário criado.

## 6.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para o cumprimento dos objetivos propostos, os procedimentos metodológicos foram divididos em cinco etapas que seguem.

### 6.2.1 Análise retrospectiva das iniciativas de mapeamentos

Retomando-se a prévia busca de informações sobre o tema, realizada quando da elaboração do projeto da pesquisa, foram listadas as iniciativas de mapeamentos do Terceiro Setor já produzidas e, respectivamente, analisadas e descritas do ponto de vista dos objetivos, da metodologia aplicada, das parcerias efetivadas e dos resultados alcançados,

No caso das iniciativas que, apesar de identificadas não disponibilizavam o instrumento de coleta de dados utilizado, foi enviada correspondência eletrônica aos responsáveis na tentativa de resgatá-los, ainda em tempo, e utilizá-los nesta pesquisa.

### 6.2.2 Criação do instrumento de coleta de dados para o pré-teste

A criação do instrumento de coleta de dados se deu nas seguintes etapas:

- a) compilação dos elementos das diversas metodologias retrospectivas;
- b) análise comparativa dos elementos comuns e específicos identificados nas diversas metodologias; e
- c) elaboração de um instrumento de coleta de dados para pré-teste.

### 6.2.3 Pré-teste e validação do instrumento de coleta de dados

Para o pré-teste e respectiva validação do instrumento foram executados os seguintes passos:

- a) identificação das fontes de informação para o levantamento do universo das organizações do Terceiro Setor de Curitiba;
- b) identificação das organizações do Terceiro Setor de Curitiba;
- c) definição da amostra para aplicação do instrumento;
- d) aplicação do pré-teste na amostra definida; e
- e) validação do instrumento, realizando as alterações identificadas nas opiniões dos respondentes e nas dificuldades encontradas ao respondê-lo.

### 6.2.4 Diagramação de uma proposta para processos de mapeamento

Um processo de mapeamento inicia-se com a definição do ambiente geográfico a ser mapeado, passando pela etapa de coleta de dados e finalizando com a inserção destes dados em um sistema.

Uma proposta deste processo, incluindo suas diversas etapas, foi descrita em forma de roteiro e representada por meio de um fluxograma, de modo a possibilitar a visualização de sua dimensão e facilitar a sua realização.

### 6.2.5 Definição de um dicionário de dados

A criação de sistemas de informação consiste na definição de vários componentes, entre eles um banco de dados. A concepção deste banco de dados envolve o estabelecimento dos seus metadados e de sua respectiva estrutura, representadas por meio de um dicionário de dados, que organiza os dados descrevendo o que for necessário para facilitar a inserção dos mesmos nos sistemas.

A partir dos dados definidos no instrumento de coleta de dados, foi estruturado um dicionário de dados para servir como subsídio à definição da configuração dos dados de um futuro sistema de informações sobre o Terceiro Setor.

## 7 RESULTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa são apresentados a seguir. Esta seção foi dividida em cinco subseções, sendo que a primeira delas consiste na análise das iniciativas de mapeamentos identificadas anteriormente e a segunda no detalhamento da compilação das características identificadas nesta análise. A terceira, por sua vez, delinea a criação, com base na compilação realizada, do instrumento de coleta de dados e sua validação. A quarta apresenta a diagramação proposta para processos de mapeamento em forma de um roteiro e de um fluxograma e a quinta, descreve a criação do dicionário de dados.

### 7.1 ANÁLISE RETROSPECTIVA DAS INICIATIVAS DE MAPEAMENTOS

As seis iniciativas de mapeamentos do Terceiro Setor identificadas seguem descritas e analisadas cronologicamente, abordadas sob a metodologia aplicada, as parcerias efetuadas e os resultados alcançados.

#### 7.1.1 Censo do Terceiro Setor do Estado do Pará

No ano de 2002, o Governo do Estado do Pará, por meio do PAC, uniu-se ao CETS da FGV e à Fundação Orsa, para realizar o censo do Terceiro Setor do Estado do Pará, mais especificamente na Região Metropolitana de Belém (MEREGE, 2005, p. 11). Este estudo foi inédito, pois não havia na época informações pertinentes sobre o Terceiro Setor estadual. Para a realização do trabalho foi necessário formar uma rede de parcerias entre diversos setores, para assim cumprir uma diretriz do PAC: influir na luta pela redução das desigualdades sociais (MEREGE, 2005, p. 9).

O objetivo do censo era identificar e sistematizar dados socioeconômicos sobre o Terceiro Setor para possibilitar a utilização destas informações como um eficaz instrumento de gestão de políticas públicas sociais, que pudessem colaborar com o desenvolvimento social do Pará (MEREGE, 2005, p. 9). Apesar dos obstáculos encontrados, já que as entidades nunca haviam se submetido à metodologia seme-

lhante, foi realizado demandando esforços da sociedade civil e dos meios de comunicação em massa, para que a ideia pudesse contagiar os diversos atores sociais (MEREGE, 2005, p. 9-10).

A metodologia usada no mapeamento do Terceiro Setor do Pará, inicialmente aplicada na mesorregião metropolitana de Belém, utilizou o preenchimento de formulários que, segundo o relatório de Merege (2005, p. 32), foram projetados para mensurar “variáveis econômicas estratégicas, como a sua atividade econômica principal, receitas, aplicação dos recursos, fontes de financiamento, geração de emprego e renda, áreas de atuação, público alvo, nível educacional e remuneração de seus colaboradores diretos”. A pesquisa de campo utilizou, pela primeira vez no Brasil, o Sistema de Classificação das Organizações segundo o Manual de Contas do Terceiro Setor, publicado pelo Departamento de Estatística da ONU e iniciou em março de 2004 (MEREGE, 2005, p. 32).

As parcerias para a realização do censo do Terceiro Setor no estado do Pará envolveram os três setores, contando com instâncias representativas do Governo do Estado do Pará, do meio acadêmico, da sociedade civil organizada e do setor privado (MEREGE, 2005, p. 32). O Governo do Estado do Pará foi representado pelo PAC, fornecendo toda a estrutura básica para a realização do projeto (MEREGE, 2005, p. 33). A captação de recursos para viabilizar o projeto foi feita pelos membros da Coordenação Geral e o montante captado de organismos externos, repassado mediante celebração de convênio para o CETS da FGV (MEREGE, 2005, p. 36).

Foram pesquisadas 2.180 organizações na região metropolitana de Belém, número que superou expectativas, pois se esperava um número menor de organizações (MEREGE, 2005, p. 40). Segundo o relatório de Merege (2005, p. 41), “chegou-se a uma média de 1,15 organizações para cada 1.000 habitantes da mesorregião metropolitana de Belém, situando-se, portanto, um pouco abaixo da média nacional”. Foi relatado que as informações coletadas seriam disponibilizadas futuramente sob a forma geo-referencial (MEREGE, 2005, p. 32). Os resultados do censo foram apresentados em um relatório no ano de 2005.

#### 7.1.2 Mapa do Terceiro Setor

O CETS, da FGV, iniciou o projeto do “Mapa do Terceiro Setor” no ano de 2003. O mapeamento, coordenado por Luiz Carlos Merege, utilizou a classificação

das organizações do Terceiro Setor proposta pela ONU (HERCULANO, 2003). No ano de 2004 o CETS fez o lançamento do Mapa, cujo objetivo era agregar informações a respeito de ONGs de todo o país (ZANNI, 2005, p. 16). Segundo Corbioli (2003), as informações compiladas serviriam “para reforçar o papel das organizações como agentes de transformação social, o que facilita o acesso de voluntários, parceiros, patrocinadores, governo e empresas socialmente responsáveis”, permitindo também a formação de redes de colaboradores.

A metodologia da ONU, segundo Corbioli (2003), “permite a comparação de resultados em perspectiva nacional e internacional e viabiliza o estudo sistemático da definição do Terceiro Setor”. O projeto consistiu na disponibilização de uma página na *Internet* com um formulário para as organizações do Terceiro Setor realizarem seus cadastros, nas áreas de cultura, educação, saúde, assistência social, ambiente, desenvolvimento, moradia, direitos civis, políticas, filantrópicas, religiosas, profissionais, etc (FIEC ON-LINE: NOTÍCIAS DO SISTEMA FIEC, 2003). No *site*, que não está mais disponível, o interessado tinha a possibilidade de clicar em um mapa e consultar as organizações cadastradas na área.

As entidades parceiras do projeto foram a Rede Brasileira de Entidades Assistenciais e Filantrópicas (REBRAF), Fundação Orsa, Federação de Obras Sociais (FOS), União Brasileira Israelita do Bem Estar Social (UNIBES), Associação Tertio Millennio, Federação Israelita do Estado de São Paulo, Jr. Pública-FGV, Centro de Voluntariado de São Paulo, Fundação Salvador Arena, Associação Obra do Berço, Volkswagen do Brasil e Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CEN-PEC) (CORBIOLI, 2003).

Em uma experiência inicial, 249 entidades se cadastraram com 719 unidades em 23 Estados (FIEC ON-LINE: NOTÍCIAS DO SISTEMA FIEC, 2003). De acordo com Zanni (2005, p. 16), só no ano de 2004, “desde o início do projeto, mais de 3.000 organizações já cadastraram seus dados”. Em 2007, o “Mapa do Terceiro Setor” possuía aproximadamente 5000 organizações cadastradas em seu banco de dados (CENTRO DE ESTUDOS DIREITO E SOCIEDADE, 2007, p. 16). O cadastro no mapa foi facultativo, não abrangendo a totalidade das organizações e as informações que elas disponibilizavam eram de sua inteira responsabilidade, sendo sua veracidade não verificada pelo CETS (ZANNI, p. 16).

### 7.1.3 Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte

Em 2005, iniciou-se um projeto de pesquisa para dimensionar o Terceiro Setor da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, coordenado por Tomás Aquino Resende. Desde o início do projeto, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão, determinou que este fosse formatado conforme os rigores científicos da FAPEMIG, para que os financiamentos pudessem ser viabilizados (MITRAUD et al., 2006, p. 5).

De acordo com o Manual do Entrevistador, de Resende (2006, p. 15), o objetivo do censo era “mapear geográfica, operacional e economicamente as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público da cidade de Belo Horizonte”. A pesquisa teve como fato motivador a reivindicação do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor do Ministério Público (CAO-TS), vinculado à Promotoria de Fundações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por um estudo mais detalhado do segmento (MITRAUD et al., 2006, p. 7). O coordenador da pesquisa, posteriormente, entrou em contato com as instituições de Ensino Superior interessadas na temática para que estas se apresentassem para contribuir com o projeto.

A metodologia consistiu, primeiramente, na pesquisa em fontes de informações, que resultou em um banco de dados único das instituições do Terceiro Setor, composto por 3.281 instituições identificadas (MITRAUD et al., 2006, p. 9). Após diversas reuniões e debates foi criado um questionário a ser aplicado em uma pesquisa de campo realizada por cerca de 90 estudantes-bolsistas (MITRAUD et al., 2006, p. 6). O processamento das informações coletadas foi feito por um sistema de leitura ótica, para conferir maior agilidade ao processo, que antes seria realizado manualmente. (MITRAUD et al., 2006, p. 6 e 12).

O projeto envolveu diversos parceiros, incluindo o Governo do Estado de Minas Gerais, a FAPEMIG, o CAO-TS e instituições de Ensino Superior, dentre elas o Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro Universitário de Ciências Gerenciais da Una (UNA) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (MITRAUD et al., 2006, p. 7). De acordo com Mitraud et al. (2006, p. 7), “estiveram, entre bolsistas, consultores e voluntários, trabalhando no projeto de pesquisa cerca de 134 pessoas”.

De um público-alvo de 3.281 instituições, o universo pesquisado foi de 1.343 e analisados os motivos do resultado, que incluíram instituições em duplicidade, inoperantes, informais, não localizadas, cujos responsáveis não quiseram responder (MITRAUD et al., 2006, p. 12-14). Os resultados foram divididos pelo escopo de atuação de cada uma das instituições e por dimensão geográfica, dentre outras características coletadas na pesquisa de campo (AMARAL et al., 2006, p. 5). Os resultados foram tabulados e demonstrados em tabelas e gráficos em um relatório, e a partir do cruzamento dos dados foi apontado, a partir de determinados critérios, as instituições que têm potencial para estabelecer parcerias com o Governo do Estado de Minas Gerais.

#### 7.1.4 Censo do Terceiro Setor de São Bernardo do Campo

O convênio firmado entre a prefeitura de São Bernardo do Campo, interior de São Paulo, o CETS da FGV, a Fundação Salvador Arena e o CIESP, deu início, no ano de 2006, a um projeto de mapeamento do Terceiro Setor no município, até então inédito no Estado. O objetivo era coletar dados empíricos das instituições do Terceiro Setor que atuam no município, já que não se tinham estatísticas agregadas sobre o tema no Estado de São Paulo (MEREGE, 2009, p. 6). O mapeamento visou contribuir para, segundo Merege (2009, p. 6) “uma nova sinergia entre os três setores, para a formulação e implementação de políticas públicas”, além de servir como referência para outras cidades e Estados do país.

A metodologia empregada utilizou o preenchimento de um formulário pelas organizações, para mensurar as suas variáveis econômicas estratégicas (MEREGE, 2009, p. 13). Tal formulário foi baseado no manual da Organização das Nações Unidas, chamado “Contas Satélites das Organizações Não Lucrativas”, que, segundo Merege (2009, p. 15), “unifica conceitos e propõe uma classificação das atividades do Terceiro Setor para ser utilizada pelos diversos países em pesquisas”. A pesquisa de campo foi realizada no período de 11 de junho a 11 de novembro de 2007, realizada pelo Estimar Instituto de Pesquisa Social e contou com uma equipe de 16 pessoas que foram até as entidades para aplicação do questionário (MEREGE, 2009, p. 42).

O projeto foi realizado por representantes dos três setores e os recursos financeiros e materiais vieram da Prefeitura de São Bernardo do Campo, da Funda-

ção Salvador Arena e do CIESP para o CETS da FGV, cujos pesquisadores e profissionais eram responsáveis pela coordenação do censo, dirigidos pelo professor Luiz Carlos Merege (MEREGE, 2009, p. 14)

Foram identificadas na pesquisa de campo 950 organizações do Terceiro Setor, das 1250 estimadas no início da pesquisa, entretanto, 120 se recusaram a responder e ao considerar o número de organizações localizadas de fato chegou-se a média de 1,2 organizações por 1.000 habitantes, número abaixo da média brasileira e da média do município de São Paulo (1,7 organizações por 1.000 habitantes) (MEREGE, 2009, p. 44). O relatório elaborado demonstrou os resultados dos dados coletados, que ofereceram ao governo local, às empresas e às organizações do Terceiro Setor possibilidades de realização de parcerias em projetos de desenvolvimento local e intersetorial (MEREGE, 2009, p. 7).

#### 7.1.5 Mapeamento do Terceiro Setor do NITS

No Estado do Paraná, no ano de 2008, o Ministério Público do Estado do Paraná, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Fundações e do Terceiro Setor, em parceria com entidades do Terceiro Setor e universidades, uniram-se para dar início a um projeto de mapeamento do Terceiro Setor, primeiramente no município de Curitiba, com a participação do NITS, da UFPR.

O objetivo geral do projeto era o de construir um censo do Terceiro Setor em Curitiba, com informações quantitativas e qualitativas sobre as entidades (quem são, onde se localizam, quem compõe sua força de trabalho, quais as demandas que atendem, quais recursos utilizam, quais atividades terceirizam e a quem prestam contas) e, a partir disso, seria formado um banco de dados que poderia servir de ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas (UNIVERSIDADE, 2008).

A metodologia do projeto foi dividida em quatro fases, sendo a primeira delas a realização de um censo documental, com levantamento das instituições. Posteriormente, a segunda fase visou localizar geograficamente as instituições e validar ou não os dados coletados na primeira fase. Já na terceira, o objetivo era quantificar os recursos humanos e materiais de que se servem as instituições para o desenvolvimento de suas atividades, a área principal de cada uma delas, a forma de captação dos recursos, o processo de prestação de contas e as estratégias, dentre outras

questões. Por último, a quarta fase se prestaria para elaborar, redigir, imprimir e divulgar um diagnóstico do Terceiro Setor de Curitiba (UNIVERSIDADE, 2008).

Dentre os parceiros do projeto do mapeamento estavam o Ministério Público do Paraná e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Entretanto, apesar da existência do projeto, as atividades não tiveram prosseguimento devido à falta de uma coordenação para impulsioná-las, não gerando, dessa maneira, resultados.

#### 7.1.6 Mapeamento do Terceiro Setor na cidade de Londrina

Professores e alunos da UEL, no Paraná, no ano de 2010, realizaram um estudo para levantamento da totalidade das entidades do Terceiro Setor na cidade de Londrina, no Paraná. O mapeamento realizado foi justificado, de acordo com Santos et al. (2013, p. 38), pela “heterogeneidade de organizações e ao seu crescimento acelerado e, de certa maneira, descontrolado dificultando o seu acompanhamento e sistematização formal”. O foco do estudo foi abordar questões que dizem respeito às instituições do Terceiro Setor na cidade, levando em conta fatores relacionados ao ano de fundação, à área de atuação, aos recursos humanos e financeiros, dentre outros (SANTOS et al., 2013, p. 42).

A metodologia consistiu em dividir o universo das organizações pesquisadas em 12 grandes grupos considerando-se as suas principais áreas de atuação e, posteriormente, aplicar um questionário às entidades identificadas, sendo a pesquisa denominada pelos autores como quantitativa (SANTOS et al., 2013, p. 38 e 42). O questionário era composto por 12 questões (11 fechadas de múltipla escolha e uma aberta) aplicado, em sua maioria, por telefone e alguns por e-mail e pessoalmente, durante aproximadamente três meses (SANTOS et al., 2013, p. 42). Os 12 grupos foram divididos em: cultura, arte, convivência; apoio a outras organizações do Terceiro Setor; educação; associação de moradores; esporte; defesa de direitos; saúde; associação de classe; assistência social; geração de renda; meio ambiente; e religiosos. (SANTOS et al., 2013, p. 43-44).

O estudo não relatou parcerias, pois foi concebido no âmbito da universidade. Como resultado foi obtido um total de 247 (77%) questionários respondidos, dos 320 enviados, sendo que 17 (5%) dos entrevistados informaram que a organização está desativada (SANTOS et al., 2013, p. 38). Os resultados foram analisados em plani-

lhas, tabelas e gráficos (SANTOS et al., 2013, p. 42). O detalhamento da pesquisa foi publicado em um artigo e sua realização foi importante na cidade, pois auxiliou na melhor percepção do Terceiro Setor, abrindo, assim, espaço para novas pesquisas a fim de aprofundar o estudo.

## 7.2 COMPILAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS METODOLOGIAS

As características identificadas na análise retrospectiva de mapeamentos do Terceiro Setor estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Características dos mapeamentos do Terceiro Setor no Brasil – 2002-2010

<b>Características</b>	<b>Pará</b>	<b>Mapa do TS</b>	<b>Belo Horizonte</b>	<b>São Bernardo do Campo</b>	<b>NITS</b>	<b>Londrina</b>
Formulário/questionário para coleta de dados						
Parceria com o Primeiro Setor (Estado)						
Parceria com o Segundo Setor (sociedade privada)						
Parceria com universidades e faculdades						
Utilização da classificação proposta pela ONU						
Disponibilização das informações coletadas posteriormente para pesquisa em determinado sistema						

Fonte: a autora (2013)

O Quadro 2 acima é a compilação das principais características dos mapeamentos e identifica quais estão presentes ou não em cada um deles. O censo do Terceiro Setor realizado no Pará se destaca por possuir todas as características. Em contrapartida, no censo realizado em Londrina foram identificadas apenas duas das seis características.

Como a ferramenta de coleta de dados utilizada pelos mapeamentos retrospectivos do Terceiro Setor foi o questionário, criou-se o Quadro 3 abaixo, compilando os respectivos dados coletados.

Neste quadro excluíram-se dois mapeamentos: o mapeamento do NITS, pois não houve elaboração de questionário; e o Mapa do Terceiro Setor do CETS da

FGV, uma vez que não foi possível o acesso ao questionário aplicado no *site* no ano de 2003, embora tenha sido realizado contato com os responsáveis.

Quadro 3 - Dados coletados em mapeamentos do Terceiro Setor no Brasil – 2002-2010

(continua)

Dados		Pará	Belo Horizonte	São Bernardo do Campo	Londrina
IDENTIFICAÇÃO	Nome empresarial				
	Sigla				
	Identidade/natureza jurídica				
	CNPj				
	Unidade/filial (se houver)				
	Data da fundação/criação				
	Tempo de exercício (se iniciou atividades antes da criação formal)				
	Endereço				
	Telefones				
	E-mail				
	Site				
	Filiação a redes e parceiros				
	Títulos de utilidade pública				
	Certificados públicos				
ESTRUTURA	Criador da organização (Pessoa física ou jurídica)				
	Responsável principal pela administração da organização				
	Número de membros ou associados do órgão superior (Assembleia)				
	Número de membros ou associados do órgão deliberativo				
	Número de membros ou associados do órgão de controle (Conselho fiscal)				
	Número de membros ou associados do órgão de gestão (Diretoria)				
	Tempo de mandato da diretoria				
	Modo de realização de renovação dos cargos da diretoria				
	Recursos humanos (empregados CLTistas)				
	Número de voluntários				

Quadro 3 - Dados coletados em mapeamentos do Terceiro Setor no Brasil – 2002-2010  
(conclusão)

Dados		Pará	Belo Horizonte	São Bernardo do Campo	Londrina
OPERAÇÃO	Missão				
	Visão				
	Objetivos				
	Áreas de atuação				
	Programas/projetos sociais em operação				
	Atividades que realiza				
	Público-alvo				
	Indicadores/estimativas dos beneficiários				
	Área geográfica em que realiza atividades				
	Local(is) de realização das atividades				
	Sofreu processos de descontinuidade ou interrupções temporárias				
RECEITAS	Orçamento anual				
	Recursos públicos				
	Recursos próprios				
	Doações				
	Outros recursos				
AJUDA QUE NECESSITA	Áreas que a organização necessita de ajuda				
	Recursos financeiros necessários				
	Recursos materiais necessários				
	Necessidade de voluntariado				
	Necessidade de parcerias				
OUTROS	Contato para dúvidas				
	Conhecimento de outras organizações que atuam na mesma atividade				
	Processos de tomada de decisão				
	Prestação de contas				
	Utilização de alguma metodologia de avaliação dos seus resultados				
	Dificuldades/problemas encontrados na realização das atividades				
	Palavras-chave que identifiquem a organização				
	Dados do entrevistado				
	Opinião (do entrevistado) sobre a importância da pesquisa				
	Termo de adesão ao questionário respondido				

Fonte: Meregé (2005); Meregé (2009); Resende (2006); Rocha (2010)

No quadro 3, pode-se notar que o questionário aplicado no mapeamento do Terceiro Setor de Londrina possui menos características em comparação com os outros. Entretanto, este fato justifica-se pela menor abrangência da pesquisa, realizada por um grupo de estudos da UEL para a cidade de Londrina.

Todos os questionários incluíram questões de identificação como: nome da organização, endereço, telefones, recursos humanos, número de voluntários e data da fundação. Em contrapartida, nenhum deles perguntou sobre a visão das organizações, fato justificado pela diferença do perfil das mesmas em comparação com empresas cuja maturidade e inserção no mercado as fazem trabalhar com planejamento estratégico, definindo a tríade: missão, visão e objetivos.

### 7.3 CRIAÇÃO E VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Um instrumento de coleta de dados, para ser aplicado como pré-teste, foi criado (Apêndice A) contemplando os elementos das metodologias descritas anteriormente e novas informações encontradas na literatura pertinente, com base no Quadro 3. É necessário esclarecer que este instrumento não visou em nenhum momento a coleta de dados propriamente dita, pois foi criado apenas como pré-teste, com vistas à validá-lo para estruturar um novo questionário que possa ser aplicado com êxito pelos interessados em realizar um mapeamento do Terceiro Setor. Portanto, é uma versão preliminar do questionário, que visou identificar as facilidades e dificuldades dos respondentes quanto às questões propostas.

Na sequência buscou-se identificar as fontes que pudessem fornecer informações para o levantamento das organizações do Terceiro Setor da cidade de Curitiba. Partiu-se do fato de que para adquirir legalidade, as organizações precisam registrar seus Estatutos Sociais em Cartórios (Ofícios) de Registro de Títulos e Documentos, sendo esta considerada a fonte primária para a pesquisa.

Foi realizada, portanto, a pesquisa nos quatro Cartórios existentes na cidade de Curitiba. O primeiro deles informou que a busca pelas organizações só pode ser feita a partir do nome específico de cada uma delas, o oposto do objetivo da pesquisa, que seria levantar informações sobre as organizações. No segundo, constatou-se que os registros das organizações do Terceiro Setor estão todos em papel e que a busca deveria ser feita manualmente. Embora tenha sido solicitado o levantamento

de uma amostra, não foi obtido retorno. No terceiro Cartório, foi afirmado que a pesquisa também deveria ser feita pelo nome específico de uma determinada organização e que o arquivo é único, ou seja, reúne todos os documentos, não só os relativos às instituições do Terceiro Setor, não havendo sistema informatizado para busca. Neste mesmo Cartório, o funcionário sugeriu que a pesquisa fosse realizada nos Ofícios Distribuidores e realizada a visita em um deles, foi informado que é necessário o nome da organização para que eles realizem sua função de informar qual Cartório é detentor do registro procurado. Por fim, no último Cartório visitado, repetiu-se a mesma informação de que a busca só poderia ser realizada a partir do nome de uma instituição específica e que apesar de possuírem em sistema computacional registros desde 1982, o mesmo não permite realizar a busca por uma relação das entidades do Terceiro setor, por ser muito limitado.

Apesar de os Cartórios possuírem as informações necessárias a esta pesquisa, ou seja, àquelas relativas às instituições do Terceiro Setor, como nome e endereço, não possibilitaram a filtragem e não ofereceram a possibilidade de acesso às mesmas. Diante da constatação de que os Cartórios não disponibilizariam a informação procurada e na dúvida de que a ida às demais fontes, como Prefeitura e Secretaria da Receita Federal, se conseguiriam as informações, somado ao curto tempo para a realização desta pesquisa, decidiu-se buscar *sites* na *Web* que pudessem remeter a cadastros de instituições do Terceiro Setor. Nesta busca, foram encontrados diversos *sites* sobre o tema em questão, que não disponibilizam, em sua maioria, cadastros das organizações, somente informações gerais e pertinentes sobre a área, dicas, notícias e orientações. Entretanto, foi encontrado o *site* da ABONG, associação que defende os direitos das entidades do Terceiro Setor e que possui um cadastro das suas associadas, disponibilizando um sistema de busca das entidades por nome completo, sigla, região, Estado, área temática de atuação e também por público-alvo.

Foi realizada, portanto, a busca das instituições associadas à ABONG no Estado do Paraná. Das seis que retornaram, foi identificado que quatro delas localizavam-se na cidade de Curitiba. Decidiu-se, então, realizar o pré-teste do questionário nestas quatro instituições, já que a ABONG é considerada uma fonte formal e legal.

No início da aplicação, foi esclarecido aos respondentes que o questionário não tinha o intuito de coletar dados em si e que o seu propósito era verificar a clareza das perguntas, as dificuldades ao responder, a adequação e suficiência das op-

ções de resposta, problemas no formato dos dados, perguntas que seriam deixadas em branco e se realmente eram aplicáveis à área, dentre outros aspectos que auxiliassem no processo de aperfeiçoamento do questionário. Deixou-se claro que as informações prestadas não seriam divulgadas, garantindo o sigilo e a confidencialidade ao respondente. Os mesmos foram incentivados a tecer comentários sobre as questões à medida que iam respondendo, a tirar dúvidas sobre as questões e a propor sugestões de forma e conteúdo frente às facilidades e dificuldades com que se depararam.

Neste processo houve um diálogo produtivo acerca de cada uma das questões entre a pesquisadora e os respondentes e, assim, foi possível identificar as mudanças que deveriam ser realizadas na validação do questionário. A aplicação do pré-teste foi, portanto, útil para minimizar as dificuldades na compreensão das questões e das opções de resposta e para tornar o questionário o mais amigável possível para os respondentes.

O questionário aplicado como pré-teste foi, por fim, validado a partir das opiniões dos respondentes e das dificuldades e facilidades percebidas no decorrer da aplicação. O Quadro 4 a seguir mostra quais questões foram alteradas, excluídas ou mantidas sem alterações

Essa etapa resultou em uma nova versão do questionário, apresentada no Apêndice B. Os interessados na realização de mapeamentos poderão utilizá-lo, aplicando-o da forma mais conveniente, seja *on-line*, utilizando as diversas ferramentas disponíveis, ou manualmente.

Quadro 4 – Questões alteradas, excluídas ou não alteradas

Questões	Alteração	Exclusão	Não alteração	Questões	Alteração	Exclusão	Não alteração
1				28			
2				29			
3				30			
4				31			
5				32			
6				33			
7				34			
8				35			
9				36			
10				37			
11				38			
12				39			
13				40			
14				41			
15				42			
16				43			
17				44			
18				45			
19				46			
20				47			
21				48			
22				49			
23				50			
24				51			
25				52			
26				53			
27							

Fonte: autora (2013)

Na versão validada do questionário, as questões foram divididas em quatro blocos (Identificação da organização; Área de atuação, atividades e projetos; Orçamentos, recursos e prestação de contas; Outros), para facilitar a sua visualização e posterior configuração dos dados. Após esta divisão, foram realizadas as modificações detalhadas a seguir.

Primeiramente, inseriu-se uma nova questão (a terceira na nova versão do questionário) relativa ao nome fantasia que as organizações podem possuir. A questão de número 3 (que tornou-se a 4 na nova versão do questionário) foi modificada de forma a manter nas opções de resposta somente as formas jurídicas do Terceiro Setor brasileiro definidas pelo Código Civil de 2002 (Lei 10.406/2002): associações e

fundações, somada à forma jurídica de “sociedade civil sem fins lucrativos” que ainda existe, instituída pelo Código Civil de 1916 (Lei 3.071/1916). A redação da questão também foi simplificada, de forma a facilitar o entendimento do respondente. As opções “OSCIP” e “OS”, qualificações que as organizações podem adquirir, “ONG” e os outros termos utilizados para denominar tanto associações como fundações e sociedade civil, foram levados a uma nova questão (número 5), relativa à forma como a organização pode ser denominada ou qualificada.

Na questão 5 (que tornou-se 7), em relação à existência ou não de filiais, foi incluída uma nova opção de resposta (Em construção/andamento). Neste caso, somente as respostas “sim” ou “não” não foram suficientes, visto a possibilidade de organizações estarem em processo de expansão, construindo ou em processo de aluguel de novas unidades no momento da resposta do questionário. A questão de número 8 foi excluída por não haver necessidade de perguntar o tempo de exercício em anos, já que isto pode ser contabilizado a partir da data da fundação da organização e por sentir a dificuldade dos respondentes ao deparar-se com a mesma. Já na questão 9 (a número 10 da nova versão) foram incluídas novas informações do endereço nas opções de resposta, a fim de deixá-la mais completa.

Na questão 14 (que se tornou a 15), foram inseridos complementos às opções de resposta “sim”: escolher se o título de utilidade pública é federal, estadual ou municipal, por perceber-se que há esses três níveis de abrangência. As opções de respostas das questões 6 (número 8 na nova versão), 18 a 21, 24 e 25 (que tornaram-se a 19 a 21, 25 e 26) foram alteradas, uma vez que optou-se pela inserção de números inteiros em um campo aberto para obter maior precisão na análise qualitativa dos dados, ao invés de escalas numéricas com intervalos regulares anteriormente propostas.

Na pergunta de número 36 (37 no questionário validado), que questiona se a organização sofreu processos de descontinuidade ou interrupções, foi inserido uma nova opção, relativa às interrupções somente em determinados projetos, como sugerido por um dos respondentes do pré-teste. A questão 39 (nova 41) foi modificada de modo a abarcar as questões de número 40 a 44, que foram excluídas. A questão de número 42, devido a divisão por blocos, passou a ser a número 38. Também foi adicionada uma nova questão (número 50), referente à data de coleta dos dados.

Após a realização das modificações citadas acima, o questionário validado passou a ter 50 questões, três a menos que o questionário aplicado como pré-teste.

Essas mudanças, realizadas a partir das opiniões dos respondentes, foram necessárias para simplificar a linguagem do questionário, evitar perguntas desnecessárias, repetitivas e ambíguas, visando tornar satisfatória futuras coletas de dados.

#### 7.4 DIAGRAMAÇÃO DE UMA PROPOSTA

Um processo de mapeamento de organizações do Terceiro Setor, inicia-se com a definição do ambiente geográfico a ser mapeado. Na sequência diversas etapas são executadas até a disponibilização dos dados coletados em um sistema.

De modo a facilitar a realização de futuros mapeamentos, uma proposta de roteiro foi definida conforme abaixo, podendo também ser visualizado em um fluxograma disponibilizado no Apêndice C:

- 1º Delimitação da região a ser mapeada;
- 2º Definição dos envolvidos (responsáveis, parceiros, equipes);
- 3º Levantamento das organizações do Terceiro Setor:
  - a) em Cartórios (Ofícios) de Registro de Títulos e Documentos pertencentes à jurisdição a ser mapeada, pois é esta a primeira instância de registro para formalização de sua existência como pessoa jurídica,
  - b) em Prefeituras e na Secretaria da Receita Federal, em caso de impossibilidade do levantamento junto aos Cartórios, pois é nestas instâncias que as organizações requerem seu registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ),
  - c) em fontes adicionais para os casos de dificuldades no levantamento junto aos órgãos anteriores: Conselhos Municipais, Secretarias Municipais, Promotorias de Justiça do Ministério Público, Promotoria de Fundações do Ministério Público, Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério da Justiça e Secretarias de Planejamento e Gestão do Estado;
- 4º Tratamento dos dados sobre as organizações, agrupando e padronizando os dados, eliminando repetições, de forma a obter um cadastro unificado;
- 5º Definição da forma de aplicação do instrumento de coleta de dados (questionário): visita local, envio via *Internet* ou entrevista por telefone;

- 6º Inserção da identificação da instituição responsável pelo mapeamento no questionário proposto e adequação a uma plataforma informatizada, se necessário;
- 7º Seleção e treinamento de equipe para aplicação do questionário;
- 8º Aplicação do questionário (coleta de dados);
- 9º Definição do software a ser utilizado para armazenar os dados: próprio ou já existente;
- 10º Alimentação de software com os dados coletados;
- 11º Análise quantitativa dos dados (básicos, cruzados, relacionados); através da elaboração de planilhas e gráficos;
- 12º Análise qualitativa dos dados (interpretação, comparação, contextualização);
- 13º Elaboração de um diagnóstico sobre a realidade do Terceiro Setor da região mapeada;
- 14º Divulgação do diagnóstico realizado.

O roteiro foi criado com base na literatura pertinente, nos mapeamentos anteriormente identificados e também nas peculiaridades encontradas no decorrer desta pesquisa. Contudo, ressalta-se que devido às particularidades de cada mapeamento, este roteiro deve ser adaptado às necessidades e possibilidades de cada equipe que o realizará.

## 7.5 DEFINIÇÃO DE UM DICIONÁRIO DE DADOS

Vários componentes devem ser definidos na criação de sistemas de informação, dentre eles um banco de dados, cuja concepção envolve o estabelecimento de metadados e sua respectiva estrutura, representada por meio de um dicionário de dados, de forma a organizá-los, descrevendo o que for necessário para facilitar a inserção dos mesmos nos sistemas.

O dicionário de dados (Apêndice D) foi idealizado com o intuito de servir como subsídio à criação de um banco de dados para futuros sistemas de informação sobre o Terceiro Setor. Este dicionário de dados compreende a descrição dos objetos de dados, importante para garantir a padronização dos mesmos, a consistência, a não redundância e também maior confiabilidade. Para construir um banco de dados de-

ve-se atentar para o registro legível dos dados que irão compô-lo e o dicionário de dados fundamenta essa construção, uma vez que auxilia na qualidade de entrada, armazenamento e uso dos mesmos. A importância do dicionário reside no fato de que na ocorrência de qualquer inserção, alteração ou exclusão feita no sistema, ele poderá ser usado como base para que não ocorra incompletude ou inconsistência dos dados, contribuindo, dessa forma, para a redução de erros. Além disso, dados padronizados em um dicionário podem facilitar o intercâmbio das bases de dados com outras que podem agregar valor.

Para a organização e construção do dicionário, criado a partir dos dados do questionário validado, atentou-se para a padronização dos mesmos, levando em conta a semântica dos seus elementos, bem como sua estrutura, de forma lógica e precisa. Criou-se também uma estrutura gráfica para melhor representar a hierarquia e o agrupamento dos dados e facilitar o entendimento do dicionário. Além da descrição de cada um dos atributos e da sugestão do nome do campo, foram configuradas características do conteúdo como o tipo de dado (por exemplo: alfanumérico, padrão, textual), normalização (orientação ao programador), tamanho, obrigatoriedade de preenchimento no sistema, repetitividade (se haverá a entrada de mais de um valor), se serão indexados e *help* (explicações sobre a entrada de dados no sistema, de modo a orientar o preenchimento dos campos).

A criação do dicionário de dados, portanto, visou colaborar com a criação de bancos de dados para futuros sistemas que disponibilizarão as informações coletadas pelos mapeamentos, permitindo, assim, a interação dos cidadãos e das iniciativas públicas e privadas para que possam atuar junto ao Terceiro Setor. A divulgação dessas informações em sistemas *on-line*, que recuperem dados para auxiliar os apoiadores e colaboradores a tomarem decisões em relação aos apoios que se interessam em prestar, contribui para o alcance da representatividade e da visibilidade almejada pelas organizações.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Devido à importância do Terceiro Setor para o crescimento econômico e ao seu impacto positivo na sociedade é necessário que se forneçam meios para que ele conquiste maior visibilidade, de modo a facilitar o repasse de recursos pelo Governo e instituições privadas, incentivar a atualização da legislação pertinente, dentre outros aspectos que fomentem seu desenvolvimento.

Como resultado desta pesquisa, a partir da análise de seis iniciativas devidamente registradas e da compilação das suas características, elaborou-se um instrumento de coleta de dados, aplicado como pré-teste, possibilitando assim sua validação e, conseqüentemente, a criação de uma nova versão, visando tornar satisfatórias futuras coletas de dados. Para facilitar o entendimento do processo de mapeamento, um roteiro, descritivo e diagramado no formato de um fluxograma, foi elaborado. Um dicionário de dados também se somou aos resultados, como contribuição a estruturação de banco de dados que doravante venham a ser criados para constituição de sistemas sobre o Terceiro Setor.

Este trabalho não pretendeu fornecer todo o subsídio necessário para mapeamentos do Terceiro Setor, nem encerrar o assunto, mas sim, visou reduzir os esforços de qualquer iniciativa futura, fazendo com que não seja preciso que se discutam questões iniciais, possibilitando o foco na aplicação, proporcionando a aceleração de futuros processos. Seu intuito foi o de contribuir com uma metodologia de mapeamento que auxilie na visualização da dimensão deste segmento, de modo que em um futuro próximo possa existir um sistema que unifique as informações coletadas a partir de diversas novas iniciativas em todo o país e a Gestão da Informação é vista como uma área capaz de alavancar e desenvolver este processo.

Para a melhoria contínua do processo, recomenda-se que a cada aplicação desta metodologia, os atores publiquem alterações e sugestões, de modo a aperfeiçoar as etapas envolvidas, visando, assim, uma construção coletiva do conhecimento sobre o mapeamento do Terceiro Setor, a fim de melhorá-lo a cada nova aplicação.

Os mapeamentos realizados no Brasil, em destaque o do Estado do Pará, o de Belo Horizonte e o de São Bernardo do Campo, foram passos importantes para a compreensão do Terceiro Setor. Os dados coletados por eles tornaram-se instrumentos utilizados pelas gestões públicas para um melhor planejamento de repasse

de recursos e, como consequência, melhoraram a eficácia nas operações sociais. Além disso, abriram espaço para que uma nova área acadêmica, voltada para o estudo do Terceiro Setor, fosse implementada e fortalecida nas instituições de ensino e geraram produções científicas, contribuindo, assim, para a divulgação do tema.

Mapear o Terceiro Setor é, portanto, uma das formas de contribuir para a sua visibilidade frente à sociedade civil, ao poder público e às iniciativas privadas, de modo que a destinação de recursos aconteça e se dê da melhor forma. Coletar informações sobre este setor e, principalmente, cruzá-las e divulgá-las contribui para o seu desenvolvimento, auxiliando a sua busca pelo bem comum, de modo a minimizar as desigualdades sociais, acolher as minorias, dar voz às categorias oprimidas, proteger os indefesos, zelar pela saúde e bem-estar, defender direitos, incentivar a educação, dentre tantas outras necessidades atuais.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. M. et al. **Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte**: perfil. Belo Horizonte: [s.n.]: 2006. Disponível em: <[http://www.fundata.org.br/CD\\_MG\\_CAOTS\\_INTERNET/Relatorios/relatorio%20final\\_PERFIL\\_volume%202.pdf](http://www.fundata.org.br/CD_MG_CAOTS_INTERNET/Relatorios/relatorio%20final_PERFIL_volume%202.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2013.
- ARNDT, J. R. L.; OLIVEIRA, L. G. M. de. A racionalidade e a ética da ação administrativa na gestão de organizações do Terceiro Setor. In: PIMENTA, S. M. et al. (Org.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 262 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm)>. Acesso em: 24 maio 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm)>. Acesso em: 24 maio 2013.
- BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2013.
- CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 173 p.
- CENTRO DE ESTUDOS DIREITO E SOCIEDADE. **Perfil das entidades associadas à rede de informações do terceiro setor no Brasil**: RITS. 2007. Disponível em: <<http://www.cis.puc-rio.br/cedes/PDF/cadernos/cadernos%2010%20-%20rits.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.
- COELHO, S. de C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2005. 223 p.
- CORBIOLI, R. **Mapa do Terceiro Setor é lançado dia 9 de setembro**. 2003. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi&parametro=6985>>. Acesso em: 09 set. 2013.
- FERNANDES, R. C. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. B. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 173 p.
- FIEC ON-LINE: NOTÍCIAS DO SISTEMA FIEC. **FGV lança Mapa do Terceiro Setor**. 2003. Disponível em: <<http://www.sfiec.org.br/fiec- hoje/setembro3/15/noticia11.htm>>. Acesso em: 05 set. 2013.

FISCHER, R. M. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor. São Paulo: Gente, 2002. 172 p.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002. Disponível em: <<https://cirandas.net/cfes-regiao-sudeste/economia-solidaria-conceito/economiasolidaria-fronteirasconceituais.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

GIL, P. G. Voluntariado, uma vontade de pertencimento. In: QUINTEIRO, E. A. **Um sensível olhar sobre o Terceiro Setor**. São Paulo: Summus, 2006. 231 p.

HECKERT, C. R.; SILVA, M. T. da. Qualidade de serviços nas organizações do Terceiro Setor. **Produção**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v18n2/09.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

HERCULANO, M. **Mapa do Terceiro Setor lança classificação da ONU no Brasil**. 2003. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/artigo-mapa-do-terceiro-setor-lanca-classificacao-da-onu-no-brasil-10743.asp>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KARPOUZAS, A. **Análise do processo de formação de estratégias em organizações do Terceiro Setor**: um estudo de caso em duas ONGs comunitárias. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=101](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=101)>. Acesso em: 26 jul. 2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. 340 p.

MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n3-4/a18v1734.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. de. Terceiro Setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/12664/8472>>. Acesso em: 24 maio 2013.

- MATAYOSHI, L. Y. Universidade, comunidade e Terceiro Setor: abrindo canais de comunicação. In: QUINTEIRO, E. A. **Um sensível olhar sobre o Terceiro Setor**. São Paulo: Summus, 2006. 231 p.
- MENDES, L. C. M. **Para onde vão as ONGs? De assessorias informais de apoio a organizações profissionais estruturadas**. 1997. 210 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.
- MEREGE, L. C. **Censo do Terceiro Setor do Estado do Pará: região metropolitana de Belém**. Belém: CETS/FGV, 2005, 71 p.
- MEREGE, L. C. **Censo do 3º setor São Bernardo do Campo: relatório analítico**. São Bernardo do Campo: [s.n.], 2009, 95 p. Disponível em: <[http://www.fundacaosalvadorarena.org.br/files/relatorio\\_analitico\\_2009.pdf](http://www.fundacaosalvadorarena.org.br/files/relatorio_analitico_2009.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2013.
- MITRAUD R. et al. **Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte: introdução**. Belo Horizonte: [s.n.], 2006. 15 p. Disponível em: <[http://www.fundata.org.br/CD\\_MG\\_CAOTS\\_INTERNET/Relatorios/Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.fundata.org.br/CD_MG_CAOTS_INTERNET/Relatorios/Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2013.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003. 288 p.
- MOSQUERA, R. Q.; SOUZA, F. R. de. O Terceiro Setor e o direito. In: VOLTOLINI, R. (Org). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004. 223 p.
- PARANÁ. Ministério Público. **Centro de apoio operacional das promotorias de justiça das fundações e do Terceiro Setor**. Curitiba: FEPE, 2005. 80 p.
- RESENDE, T. de. A. **Manual do entrevistador: instrumento de orientação para pesquisa de campo**. Belo Horizonte: CAOTS, 2006. 124 p. Disponível em: <[http://www.fundata.org.br/CD\\_MG\\_CAOTS\\_INTERNET/Relatorios/MANUAL%20O%20DIAGN%C3%93STICO.pdf](http://www.fundata.org.br/CD_MG_CAOTS_INTERNET/Relatorios/MANUAL%20O%20DIAGN%C3%93STICO.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2013.
- ROCHA, J. C. M. da. **O Terceiro Setor na cidade de Londrina nas áreas de assistência social, associação de moradores, apoio a outras OTS e religiosas**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual de Londrina, 2010.
- SALAMON, L. A emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan./mar. 1998. Disponível em: <[http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num\\_artigo=158](http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=158)>. Acesso em: 27 jun. 2013.
- SANTANA, S. O. K. A comunicação e a captação de recursos no Terceiro Setor. In: QUINTEIRO, E. A. **Um sensível olhar sobre o Terceiro Setor**. São Paulo: Summus, 2006. 231 p.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 190 p.

SANTOS, L. M. L. dos et al. O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 14, n. 1, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n1/04.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

SOARES-BAPTISTA, R. D. G. A construção simbólica do Terceiro Setor. In: PIMENTA, S. M. et al. (Org.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 262 p.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006. 439 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre o Terceiro Setor. **[Site]**. Disponível em: <<http://www.nits.ufpr.br/finalidade.php>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre o Terceiro Setor. **Proposta de pesquisa: mapeamento do terceiro setor no município de Curitiba**. [Curitiba, 2008]. Documento interno do Grupo de Trabalho sobre Mapeamento do Terceiro Setor.

YAMAGUTI, E. M. Legislação sobre o Terceiro Setor. In: QUINTEIRO, E. A. **Um sensível olhar sobre o Terceiro Setor**. São Paulo: Summus, 2006. 231 p.

YOFFE, D. Captação de recursos no campo social. In: VOLTOLINI, R. (Org). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004. 223 p.

ZANNI, P. P. **Estudo exploratório sobre a formação da estratégia em organizações do terceiro setor**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de administração de empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2315/62726.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 09 set. 2013.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COMO PRÉ-TESTE

\* Resposta obrigatória.

**1. Qual o nome completo da organização (razão social)? \***

---

**2. Qual a sigla pela qual a organização é conhecida? (Se houver)**

---

**3. Qual a identidade/natureza jurídica da organização? \***

- Associação
- Fundação
- Instituto
- Cooperativa Social
- Organização Beneficente
- Organização Filantrópica
- Organização Religiosa
- Organização da Sociedade Civil
- Organização Social (OS)
- Organização Não Governamental (ONG)
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
- Sociedade
- Partido Político
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**4. Informe o CNPJ da organização. \***

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_-

**5. A organização possui filiais? \***

- Sim
- Não

**6. Se sim, quantas?**

- 1
- 2
- 3 ou mais
- Mais de 3

**7. Qual a data da fundação/criação da organização? \*** (Conforme a escritura ou assembleia de instituição)

-----

**8. Qual o tempo de exercício (em anos)?** (Caso tenha iniciado as atividades antes da criação formal)

-----

**9. Informe o endereço completo da sede da organização e das filiais** (Se houver). \*

Logradouro: \_\_\_\_\_

Número: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

**10. Informe o(s) telefone(s) e fax (se houver).** \*

( ) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

( ) \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

**11. Informe o(s) e-mail(s).** (Se houver)

\_\_\_\_\_

**12. Qual o endereço eletrônico (site) da organização?** (Se houver)

\_\_\_\_\_

**13. A organização é filiada a redes e/ou parceiros? \***

( ) Sim

( ) Não

**14. A organização possui título de utilidade pública? \***

( ) Sim

( ) Não

**15. A organização possui certificados públicos? \***

( ) Sim

( ) Não

Se sim, especifiquei quais: \_\_\_\_\_

**16. Quem é o criador da organização? \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

( ) Pessoa(s) física(s)

( ) Pessoa(s) jurídica(s)

**17. Quem é o responsável principal (presidente, diretor, etc) pela administração da organização? \***

Nome completo: \_\_\_\_\_

Grau de instrução: \_\_\_\_\_

**18. Qual o número de membros ou associados do órgão superior (Assembleia)? (Se houver)**

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**19. Qual o número de membros ou associados do órgão deliberativo (Conselho Curador, Conselho de Administração)? (Se houver)**

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**20. Qual o número de membros ou associados do órgão de controle (Conselho fiscal)? (Se houver)**

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**21. Qual o número de membros ou associados do órgão de gestão (Diretoria)? (Se houver.)**

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**22. Qual o tempo de mandato da diretoria? \***

- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos ou mais
- Vitalício
- Indeterminado
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**23. Qual o modo de realização de renovação dos cargos da diretoria? \***

- Eleição
- Nomeação
- Indicação
- Não há renovação
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

**24. Quantos empregados CLTistas há na organização? \***

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**25. Quantos voluntários existem na organização? \***

- 1 a 3
- 4 a 6
- 7 a 10
- Mais de 10

**26. Qual a missão da organização? (Se houver)**

---

**27. Qual a visão da organização? (Se houver)**

---

**28. Quais são os objetivos da organização? (Se houver)**

---

**29. Informe a(s) principal(is) área(s) de atuação. \* (Você pode escolher mais de uma opção)**

- Cultura
- Comunicação e mídia
- Esporte e lazer
- Educação e pesquisa
- Saúde
- Assistência social
- Meio ambiente e animais
- Desenvolvimento e habitação
- Defesa de direitos e atuação política
- Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado
- Atividades internacionais
- Religião
- Sindicatos e associações profissionais
- Outras. Especifique: \_\_\_\_\_

**30. Quais os programas/projetos sociais em operação?**

---

**31. Descreva quais a(s) atividade(s) que realiza.**

---

**32. Qual o público-alvo da organização? \***

---

**33. Há indicadores/estimativas dos beneficiários das atividades realizadas pela organização? \***

- Sim
- Não

**34. Informe a área geográfica em que realiza as atividades. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Limitada ao bairro em que se situa
- Na região (vários bairros)
- Região metropolitana
- Em toda a cidade
- Em outros Estados
- No país todo
- Sem definição específica

**35. Informe o(s) local(is) de realização das atividades. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Na sede da organização e nas filiais (Se houver.)
- Na residência do dirigente ou dos empregados e voluntários
- Em local indeterminado (não fixo)
- Em local cedido por terceiros

**36. A organização sofreu processos de descontinuidade ou interrupções temporárias? \***

- Sim
- Não

**37. Informe o orçamento anual da organização. \***

---

**38. Informar a fonte de recursos da organização. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Recursos públicos (provenientes do Governo)
- Recursos privados (provenientes de empresas)
- Doações
- Taxas, contribuições, mensalidades etc.
- Eventos, festas etc.
- Outras fontes

**39. A organização necessita de ajuda? \***

- Sim
- Não

**40. Se sim, em quais são as áreas necessita?**

---

**41. Informe os recursos financeiros necessários. (Se houver)**

---

**42. Informe os recursos materiais necessários. (Se houver)**

---

**43. Há necessidade de voluntariado? \***

- Sim
- Não

**44. Há necessidade de assessoria técnica? \***

- Sim
- Não

**45. Há necessidade de parcerias? \***

- Sim
- Não

**46. A organização possui conhecimento de outras organizações que atuam na mesma atividade? \***

- Sim
- Não

**47. Há processos de tomada de decisão na organização? \***

- Sim  
 Não

**48. Há processos de prestação de contas? \***

- Sim  
 Não

**49. Há a utilização de alguma metodologia de avaliação dos seus resultados? \***

- Sim  
 Não

**50. Por favor, cite as dificuldades/problemas encontrados na realização das atividades da organização. \***

---

**51. Informe as palavras-chave que identificam a organização.**

---

**52. Informe seus dados.**

Nome completo: \_\_\_\_\_  
Função/cargo que exerce na organização: \_\_\_\_\_

**53. Qual sua opinião sobre a importância da pesquisa? \*** (Por favor, expresse sua opinião sobre a importância de mapear o Terceiro Setor)

---

---

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO VALIDADO**

\* Resposta obrigatória.

**BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

**1. Qual o nome completo da organização (razão social)? \***

**2. Qual a sigla pela qual a organização é conhecida? (Se houver)**

**3. Qual o nome fantasia da organização? (Se houver)**

**4. Qual a natureza jurídica da organização? \***

- Associação
- Fundação
- Sociedade civil sem fins econômicos (denominação do antigo Código Civil de 1916)

**5. Como a organização pode ser denominada/qualificada? \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Instituto
- Cooperativa Social
- Organização Beneficente
- Organização Filantrópica
- Organização Religiosa
- Organização da Sociedade Civil
- Organização Social (OS)
- Organização Não Governamental (ONG)
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)
- Partido Político
- Outros. Especifique:

**6. Informe o CNPJ da organização. \*** (Apenas números)

**7. A organização possui filiais? \***

- Sim
- Não
- Em construção/andamento

**8. Se sim, quantas? (Apenas números)****9. Qual a data da fundação/criação da organização? \*** (Conforme a escritura ou assembleia de instituição)

DD MM AAAA

 /  / **10. Informe o endereço completo da sede da organização e das filiais (Se houver). \***Logradouro  
(Rua, Avenida, etc.): Número: Complemento: Bairro: Cidade: Estado: CEP: **11. Informe o(s) telefone(s) e fax (Se houver). \*** (Apenas números)**12. Informe o(s) e-mail(s). (Se houver)****13. Qual o endereço eletrônico (site) da organização? (Se houver)****14. A organização é filiada a redes e/ou parceiros? \***

- Sim
- Não

**15. A organização possui título de utilidade pública? \***

- Sim, de utilidade pública Federal
- Sim, de utilidade pública Estadual
- Sim, de utilidade pública Municipal
- Não

**16. A organização possui certificados públicos? \***

- Sim
- Não

Se sim, especifique quais:

**17. Quem é o criador da organização? \* (Você pode escolher mais de uma opção)**

- Pessoa(s) física(s)
- Pessoa(s) jurídica(s)

**18. Quem é o responsável principal (presidente, diretor, etc) pela administração da organização?\***

Nome completo:

Grau de instrução:

**19. Qual o número de membros ou associados do órgão superior (Assembleia)? (Se houver) (Apenas números)****20. Qual o número de membros ou associados do órgão deliberativo (Conselho Curador, Conselho de Administração)? (Se houver) (Apenas números)****21. Qual o número de membros ou associados do órgão de controle (Conselho fiscal)? (Se houver) (Apenas números)****22. Qual o número de membros ou associados do órgão de gestão (Diretoria)? (Se houver) (Apenas números)**

**23. Qual o tempo de mandato da diretoria? \***

- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos ou mais
- Vitalício
- Indeterminado

Outro. Especifique:

**24. Qual o modo de realização de renovação dos cargos da diretoria? \***

- Eleição
- Nomeação
- Indicação
- Não há renovação

Outro. Especifique:

**25. Quantos empregados CLTistas há na organização? \* (Apenas números)**

**26. Quantos voluntários existem na organização? \* (Apenas números)**

**27. Qual a missão da organização? (Se houver)**

**28. Qual a visão da organização? (Se houver)**

**29. Quais são os objetivos da organização? (Se houver)\***

**BLOCO 2 – ÁREA DE ATUAÇÃO, ATIVIDADES E PROJETOS**

**30. Informe a(s) principal(is) área(s) de atuação. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Cultura
- Comunicação e mídia
- Esporte e lazer
- Educação e pesquisa
- Saúde
- Assistência social
- Meio ambiente e animais
- Desenvolvimento e habitação
- Defesa de direitos e atuação política
- Intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado
- Atividades internacionais
- Religião
- Sindicatos e associações profissionais
- Outras. Especifique:

**31. Quais os programas/projetos sociais em operação?**

**32. Descreva qual(is) a(s) atividade(s) que realiza.**

**33. Qual o público-alvo da organização? \***

**34. Há indicadores/estimativas dos beneficiários das atividades realizadas pela organização? \***

- Sim
- Não

**35. Informe a área geográfica em que realiza as atividades. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Limitada ao bairro em que se situa
- Na região (vários bairros)
- Região metropolitana
- Em toda a cidade
- Em outros Estados
- No país todo
- Sem definição específica

**36. Informe o(s) local(is) de realização das atividades. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Na sede da organização e nas filiais (Se houver.)
- Na residência do dirigente ou dos empregados e voluntários
- Em local indeterminado (não fixo)
- Em local cedido por terceiros

**37. A organização sofreu processos de descontinuidade ou interrupções temporárias? \***

- Sim
- Não
- Somente em determinados projetos

**38. A organização possui conhecimento de outras organizações que atuam na mesma atividade? \***

- Sim
- Não

**BLOCO 3 – ORÇAMENTO, RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**39. Informe o orçamento anual da organização. \***

**40. Informar a fonte de recursos da organização.** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Recursos públicos (provenientes do Governo)
- Recursos privados (provenientes de empresas)
- Doações
- Taxas, contribuições, mensalidades etc.
- Eventos, festas etc.
- Outras fontes

**41. Informe qual recurso a organização necessita. \*** (Você pode escolher mais de uma opção)

- Recursos financeiros
- Recursos materiais
- Recursos humanos (Empregados)
- Recursos humanos (Voluntários)
- Outros. Especifique:

**42. Há necessidade de parcerias \***

- Sim
- Não

**43. Há processos de tomada de decisão na organização? \***

- Sim
- Não

**44. Há processos de prestação de contas? \***

- Sim
- Não

**45. Há a utilização de alguma metodologia de avaliação dos resultados? \***

- Sim
- Não

**BLOCO 4 – OUTROS**

**46. Por favor, cite as dificuldades/problemas encontrados na realização das atividades da organização. \***

**47. Informe as palavras-chave que identificam a organização. \*** (Separar por vírgula.)

**48. Informe seus dados. \***

Nome completo:

Função/cargo que exerce na organização:

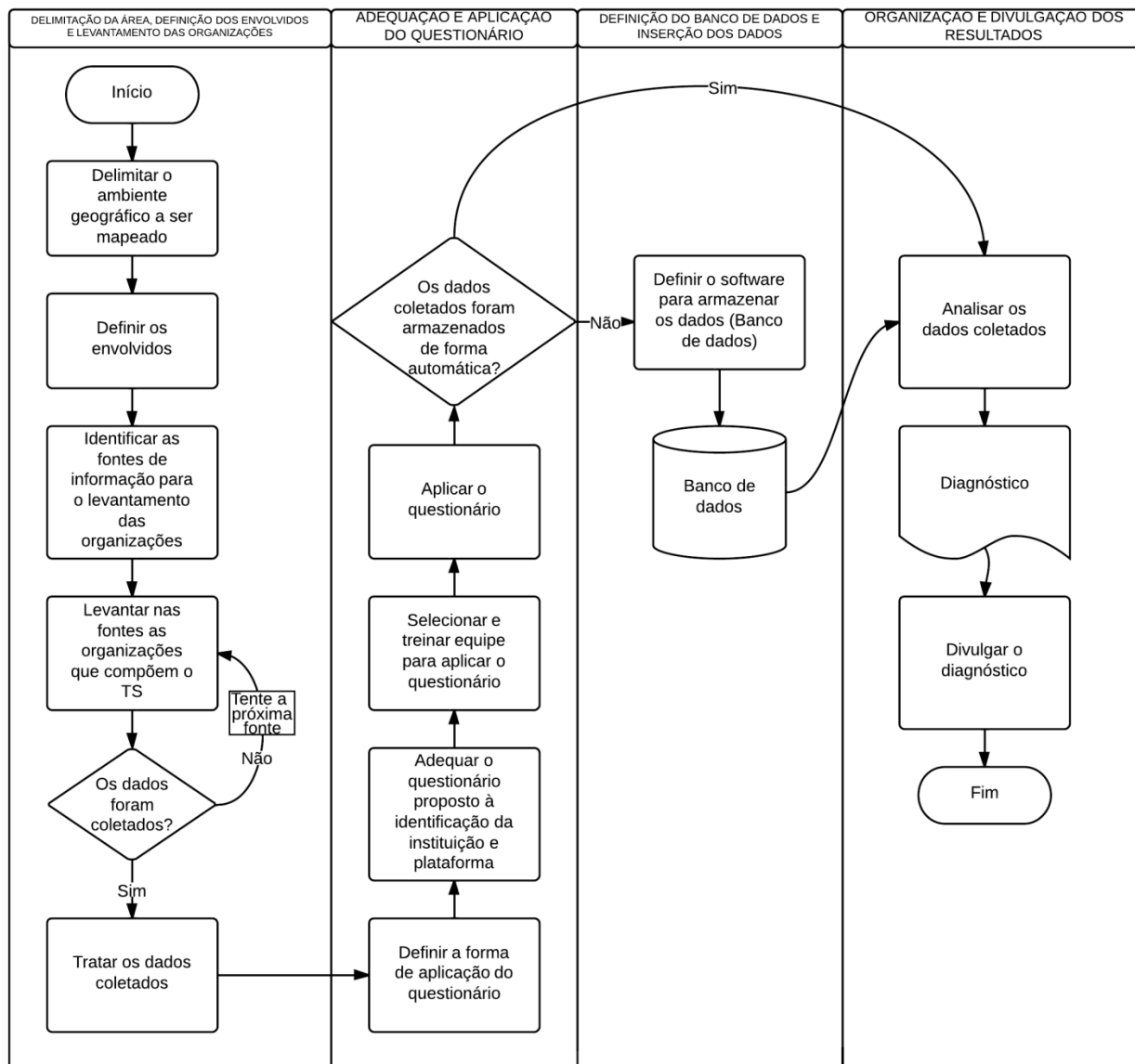
**49. Qual sua opinião sobre a importância da pesquisa? \*** (Por favor, expresse sua opinião sobre a importância de mapear o Terceiro Setor.)

**50. Data da coleta dos dados:**

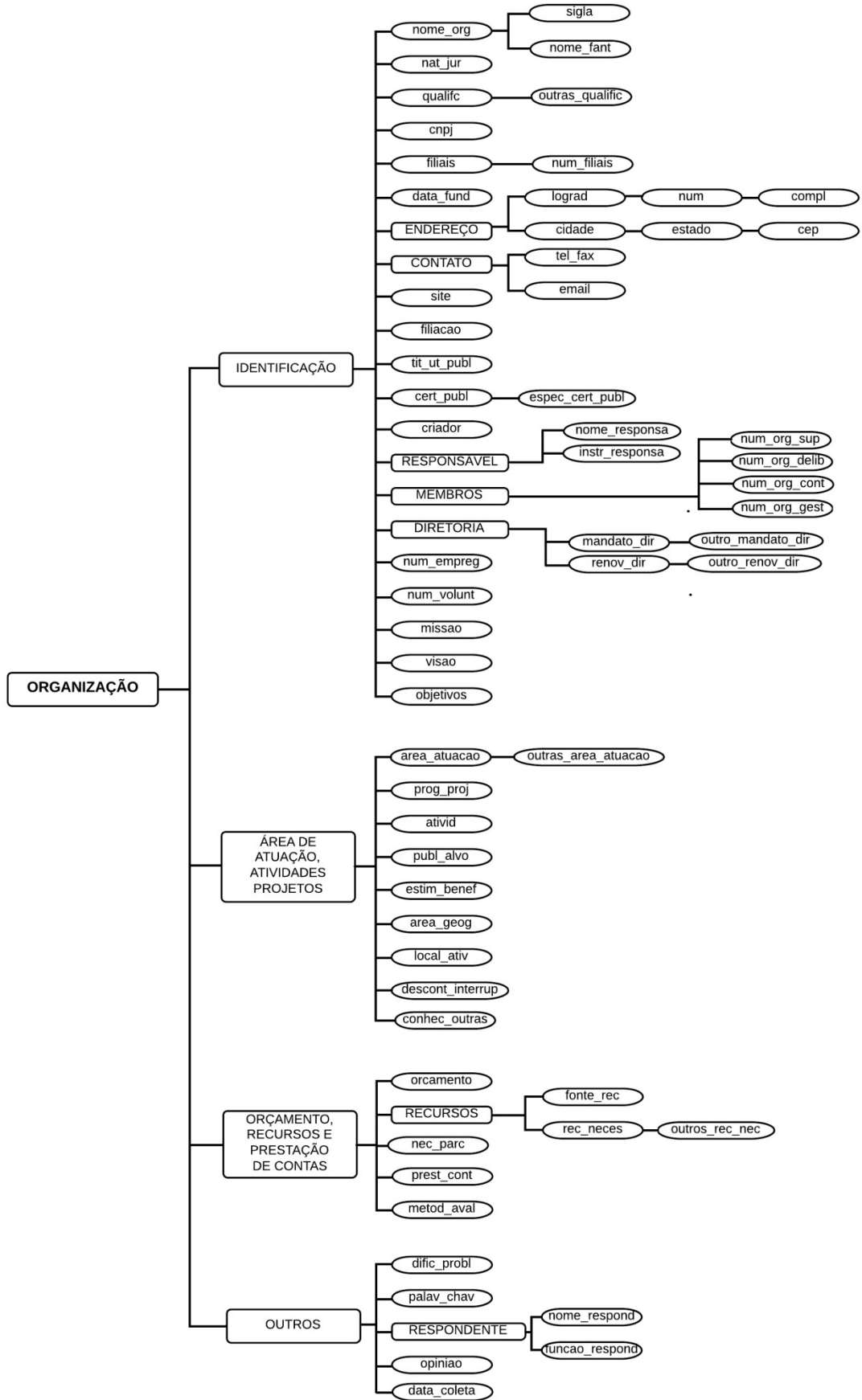
DD    MM    AAAA

 /  /

## APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE MAPEAMENTO DO TERCEIRO SETOR



## APÊNDICE D – DICIONÁRIO DE DADOS



<b>Atributo</b>	Nome da organização				
Nome do campo	nome_org				
<b>Descrição</b>	Razão social registrada no ato constitutivo junto ao Cartório de Registro de Pessoa Jurídica				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome completo da razão social constante no registro com as iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Sigla da organização				
Nome do campo	sigla				
<b>Descrição</b>	Sigla ou abreviatura pela qual a organização é conhecida				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 15 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir a sigla com todas as letras maiúsculas se cada letra corresponder a uma palavra do nome (ex.: UFPR); somente a primeira maiúscula se cada letra não corresponder necessariamente a uma palavra do nome (ex.: Copel); digitar com maiúsculas e minúsculas as que foram criadas dessa forma (ex.: CNPq)				

<b>Atributo</b>	Nome fantasia				
Nome do campo	nome_fant				
<b>Descrição</b>	Nome fantasia registrado no ato constitutivo junto ao Cartório de Registro de Pessoa Jurídica				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome fantasia completo constante no registro, com as iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Natureza jurídica				
Nome do campo	nat_jur				
<b>Descrição</b>	Forma jurídica definida pela legislação				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): Associação; Fundação; Sociedade civil sem fins econômicos (antigo Código Civil de 1916)				
Tamanho	Variável (máximo 70 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as três opções				

<b>Atributo</b>	Denominação/qualificação				
Nome do campo	qualific				
<b>Descrição</b>	Como a organização pode ser denominada ou qualificada				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Instituto; Cooperativa Social; Organização Beneficente; Organização Filantrópica; Organização da Sociedade Civil; Organização Social (OS); Organização Não Governamental (ONG); Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Partido político; Outros				
Tamanho	Variável (máximo 70 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Outra denominação/qualificação				
Nome do campo	outras_qualific				
<b>Descrição</b>	Outras denominações ou qualificações da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar outras denominações ou qualificações que não constam nas opções de resposta				

<b>Atributo</b>	CNPJ				
Nome do campo	cnpj				
<b>Descrição</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Padrão (99.999.999/9999-99)				
Normalização	Máscara: _____.____.____/____-____				
Tamanho	Fixo (14 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir apenas números				

<b>Atributo</b>	Filiais				
Nome do campo	filiais				
<b>Descrição</b>	Existência ou não de filiais da organização ou se estão em construção/andamento				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): Sim; Não; Em construção/andamento				
Tamanho	Variável (25 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as três opções				

<b>Atributo</b>	Número de filiais				
Nome do campo	num_filiais				
<b>Descrição</b>	Número de filiais que a organização possui				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (Inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 2 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Data da fundação				
Nome do campo	data_fund				
<b>Descrição</b>	Dia, mês e ano em que a organização foi criada conforme a escritura ou assembleia de instituição				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Padrão (99/99/1999)				
Normalização	Máscara: __/__/____; (DD/MM/AAAA)				
Tamanho	Fixo (8 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir apenas números				

<b>Atributo</b>	Nome do logradouro				
Nome do campo	lograd				
<b>Descrição</b>	Localização (Rua, Avenida, Praça, etc) da organização/endereço				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 150 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome completo do logradouro, sem abreviações				

<b>Atributo</b>	Número				
Nome do campo	num				
<b>Descrição</b>	Número do endereço				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 5 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir apenas números				

<b>Atributo</b>	Complemento				
Nome do campo	compl				
<b>Descrição</b>	Complemento do endereço				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Alfanumérico				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 5 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Sim	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir o complemento (sem abreviações) com as iniciais maiúsculas e apenas números, usando vírgulas para separar o que for necessário (ex.: Apartamento 10, Bloco A)				

<b>Atributo</b>	Bairro				
Nome do campo	bairro				
<b>Descrição</b>	Bairro em que está localizada a organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 50 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome do bairro, com as iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Cidade				
Nome do campo	cidade				
<b>Descrição</b>	Cidade em que se localiza a organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de listagem (cidades)				
Tamanho	Variável				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher uma das cidades constantes na lista				

<b>Atributo</b>	Estado				
Nome do campo	estado				
<b>Descrição</b>	Estado em que se localiza a organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de listagem (Estados)				
Tamanho	Variável				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher um dos Estados constantes na lista				

<b>Atributo</b>	CEP				
Nome do campo	cep				
<b>Descrição</b>	Código de endereço postal				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Padrão (99.999-999)				
Normalização	Máscara = __.____-____				
Tamanho	Fixo (8 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir apenas números				

<b>Atributo</b>	Telefone ou fax				
Nome do campo	tel_fax				
<b>Descrição</b>	Números de contato telefônico ou número do fax				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Padrão: - (99)9999-9999				
Normalização	Máscara: ( )____ - ____ (DDD + nº do telefone)				
Tamanho	Fixo (10 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir apenas números				

<b>Atributo</b>	E-mail				
Nome do campo	email				
<b>Descrição</b>	Correio eletrônico para contato				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Alfanumérico				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Fixo (10 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o(s) e-mail(s) da organização, todas as letras minúsculas (ex.: nome@dominio.org.br)				

<b>Atributo</b>	Site				
Nome do campo	site				
<b>Descrição</b>	Endereço eletrônico				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Alfanumérico				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 50 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o site da organização, todas as letras minúsculas (ex.: www.nome.org.br)				

<b>Atributo</b>	Filiação a redes ou parceiros				
Nome do campo	filiacao				
<b>Descrição</b>	Filiação ou não da organização a redes ou parceiros				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre “Sim” ou “Não”				

<b>Atributo</b>	Título de utilidade pública				
Nome do campo	tit_ut_publ				
<b>Descrição</b>	Título que a organização pode possuir, podendo ser Federal, Estadual ou Municipal				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): Sim, de utilidade pública Federal; Sim, de utilidade pública Estadual; Sim, de utilidade pública Municipal, Não				
Tamanho	Variável (máximo 35 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as quatro opções				

<b>Atributo</b>	Certificados públicos				
Nome do campo	cert_publ				
<b>Descrição</b>	Existência ou não de certificados públicos				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre “Sim” ou “Não”				

<b>Atributo</b>	Especificação dos certificados públicos				
Nome do campo	espec_cert_publ				
<b>Descrição</b>	Descrição dos certificados públicos que a organização possui				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar quais certificados públicos possui				

<b>Atributo</b>	Criador da organização				
Nome do campo	criador				
<b>Descrição</b>	Responsável pela criação da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Pessoa(s) física(s), Pessoa(s) jurídica(s)				
Tamanho	Variável (máximo 25 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Nome do responsável				
Nome do campo	nome_responsa				
<b>Descrição</b>	Nome completo do responsável principal (presidente, diretor, etc) pela administração da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 50 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome completo, iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Grau de instrução do responsável				
Nome do campo	instr_responsa				
<b>Descrição</b>	Grau de instrução (escolaridade) do responsável principal (presidente, diretor, etc) pela administração da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto (Sem escolaridade; Ensino fundamental incompleto; Ensino fundamental completo; Ensino médio incompleto; Ensino médio completo; Superior incompleto; Superior completo; Pós-Graduação/Especialização; Mestrado; Doutorado)				
Tamanho	Variável				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher um dos graus de instrução constantes na lista				

<b>Atributo</b>	Membros do órgão superior (Assembleia)				
Nome do campo	num_org_sup				
<b>Descrição</b>	Número de membros ou associados da órgão superior				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 2 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Membros do órgão deliberativo (Conselho Curador, Conselho de Administração)				
Nome do campo	num_org_delib				
<b>Descrição</b>	Número de membros do órgão deliberativo				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 2 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Membros órgão de controle (Conselho fiscal)				
Nome do campo	num_org_cont				
<b>Descrição</b>	Número de membros do órgão de controle				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 2 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Membros órgão de gestão (Diretoria)				
Nome do campo	num_org_gest				
<b>Descrição</b>	Número de membros do órgão de gestão				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 2 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Tempo de mandato da diretoria				
Nome do campo	mandato_dir				
<b>Descrição</b>	Especificação do tempo do mandato da diretoria				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): 1 ano; 2 anos; 3 anos; 4 anos ou mais; Vitalício; Indeterminado; Outro				
Tamanho	Variável (máximo 15 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as sete opções				

<b>Atributo</b>	Outro tempo de mandato da diretoria				
Nome do campo	outro_mandat_dir				
<b>Descrição</b>	Outros tempos de mandato da diretoria				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar outro tempo de mandato da diretoria que não consta nas opções de resposta				

<b>Atributo</b>	Renovação dos cargos da diretoria				
Nome do campo	renov_dir				
<b>Descrição</b>	Modo pelo qual se dá a renovação dos cargos				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): Eleição; Nomeação; Indicação, Não há renovação; Outro				
Tamanho	Variável (máximo 20 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as cinco opções				

<b>Atributo</b>	Outra forma de renovação dos cargos da diretoria				
Nome do campo	outro_mandat_dir				
<b>Descrição</b>	Outras formas de renovação dos cargos da diretoria				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar outra forma de renovação dos cargos da diretoria que não consta nas opções de resposta				

<b>Atributo</b>	Empregados CLTistas				
Nome do campo	num_empreg				
<b>Descrição</b>	Número de empregados				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 3 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Voluntários				
Nome do campo	num_volunt				
<b>Descrição</b>	Número de voluntários				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Numérico (inteiro)				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 3 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir um número entre 0 e 99				

<b>Atributo</b>	Missão				
Nome do campo	missao				
<b>Descrição</b>	Missão da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 250 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir a missão da organização, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Visão				
Nome do campo	visao				
<b>Descrição</b>	Visão da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 250 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir a visão da organização, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Objetivos				
Nome do campo	objetivos				
<b>Descrição</b>	Objetivos da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 250 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir os objetivos da organização, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Área de atuação				
Nome do campo	area_atuacao				
<b>Descrição</b>	Áreas em que a organização atua				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Cultura; Comunicação e mídia; Esporte e lazer; Educação e pesquisa; Saúde; Assistência social; Meio ambiente e animais; Desenvolvimento e habitação; Defesa de direitos e atuação política; Intermediários filantrópicos e promoção de voluntariado; Atividades internacionais; Religião; Sindicatos e associações profissionais; Outras				
Tamanho	Variável (máximo 55 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Outras áreas de atuação				
Nome do campo	outras_area_atuacao				
<b>Descrição</b>	Outras áreas que a organização atua				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar outra forma de renovação dos cargos da diretoria que não consta nas opções de resposta				

<b>Atributo</b>	Programas/projetos sociais				
Nome do campo	prog_proj				
<b>Descrição</b>	Programas e projetos desenvolvidos pela organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 300 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir os programas e projetos sociais, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Atividades				
Nome do campo	ativid				
<b>Descrição</b>	Descrição das atividades realizadas				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 300 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir as atividades desenvolvidas, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Público-alvo				
Nome do campo	publ_alvo				
<b>Descrição</b>	Público atendido pela organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 100 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Não
<i>Help</i>	Inserir as atividades desenvolvidas, primeiras letras maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Indicadores/estimativas dos beneficiários				
Nome do campo	estim_benef				
<b>Descrição</b>	Existência ou não de Indicadores/estimativas dos beneficiários da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre “Sim” ou “Não”				

<b>Atributo</b>	Área geográfica de atuação				
Nome do campo	area_geog				
<b>Descrição</b>	Delimitação da área geográfica em que realiza as atividades				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Limitada ao bairro em que se situa; Na região (vários bairros); Região metropolitana; Em toda a cidade; Em outros Estados; No país todo; Em outros países; Sem definição específica				
Tamanho	Variável (máximo 35 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Local das atividades				
Nome do campo	local_ativ				
<b>Descrição</b>	Local de realização das atividades				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Na sede da organização e nas filiais (Se houver.); Na residência do dirigente ou dos empregados e voluntários; Em local indeterminado (não fixo); Em local cedido por terceiros				
Tamanho	Variável (máximo 60 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Descontinuidade ou interrupções				
Nome do campo	descont_interrup				
<b>Descrição</b>	Processos de descontinuidade ou interrupções temporárias				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Botões de opção. Múltipla escolha (uma única resposta): Sim; Não; Somente em determinados projetos				
Tamanho	Variável (máximo 60 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher uma única resposta entre as três opções				

<b>Atributo</b>	Conhecimento de outras organizações				
Nome do campo	conhec_outras				
<b>Descrição</b>	Conhecimento de outras organizações na mesma área de atuação				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre “Sim” ou “Não”				

<b>Atributo</b>	Orçamento anual				
Nome do campo	orcamento				
<b>Descrição</b>	Orçamento anual (em reais) da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Decimal				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Precisão 7 (número de dígitos decimais que serão armazenados no valor) Escala 2 (número de dígitos que serão armazenados após o ponto decimal)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o valor do orçamento (números) em reais				

<b>Atributo</b>	Fonte de recursos				
Nome do campo	fonte_rec				
<b>Descrição</b>	Fontes de recursos da organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Recursos públicos (provenientes do Governo); Recursos privados (provenientes de empresas); Doações; Taxas, contribuições, mensalidades, etc.; Eventos, festas, etc; outras fontes				
Tamanho	Variável (máximo 45 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Recursos que necessita				
Nome do campo	rec_neces				
<b>Descrição</b>	Tipos de recursos que a organização necessita				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixas de seleção. Múltipla escolha (várias respostas): Recursos financeiros; Recursos materiais; Recursos humanos (Empregados); Recursos humanos (Voluntários); Outros				
Tamanho	Variável (máximo 30 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Sim	Indexação	Sim
<i>Help</i>	É possível escolher mais de uma opção de resposta				

<b>Atributo</b>	Outros recursos que necessita				
Nome do campo	outros_rec_neces				
<b>Descrição</b>	Outros recursos que a organização necessita				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 150 caracteres)				
Obrigatoriedade	Não	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Especificar outros recursos que necessita que não constam nas opções de resposta				

<b>Atributo</b>	Necessidade de parcerias				
Nome do campo	nec_parc				
<b>Descrição</b>	Necessidade ou não de parceiros para realização dos projetos				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre "Sim" ou "Não"				

<b>Atributo</b>	Prestação de contas				
Nome do campo	prest_cont				
<b>Descrição</b>	Utilização ou não de processos de prestação de contas				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre "Sim" ou "Não"				

<b>Atributo</b>	Metodologia de avaliação				
Nome do campo	metod_aval				
<b>Descrição</b>	Utilização ou não de metodologia para avaliação dos resultados				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Lógico				
Normalização	Botão de opção: Sim (1) ou Não (0).				
Tamanho	Fixo (1 caractere)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Escolher entre “Sim” ou “Não”				

<b>Atributo</b>	Dificuldades/problemas				
Nome do campo	dific_probl				
<b>Descrição</b>	Dificuldades enfrentadas pela organização na realização das atividades				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto para entrada dos dados,				
Tamanho	Variável (máximo 250 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir as dificuldades e problemas enfrentados pela organização, primeiras palavras com iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Palavras-chave				
Nome do campo	palav_chave				
<b>Descrição</b>	Palavras-chave que identificam a organização				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 150 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir as palavras-chave com as iniciais maiúsculas, separadas por vírgulas				

<b>Atributo</b>	Nome do respondente				
Nome do campo	nome_respond				
<b>Descrição</b>	Nome completo de quem respondeu a pesquisa				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 50 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir o nome completo, iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Função/cargo do respondente				
Nome do campo	funcao_respond				
<b>Descrição</b>	Função/cargo na organização de quem respondeu a pesquisa				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Nome completo e função/cargo que exerce (iniciais maiúsculas), separados por vírgula				
Tamanho	Variável (máximo 50 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir a função/cargo, iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Opinião sobre a pesquisa				
Nome do campo	opiniao				
<b>Descrição</b>	Opinião do respondente sobre a importância de mapear o Terceiro Setor				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Textual				
Normalização	Caixa de texto				
Tamanho	Variável (máximo 200 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir a opinião sobre a pesquisa (importância de mapear o Terceiro Setor), primeiras palavras com iniciais maiúsculas				

<b>Atributo</b>	Data da coleta de dados				
Nome do campo	data_coleta				
<b>Descrição</b>	Dia, mês e ano em que a coleta de dados foi realizada				
<b>Conteúdo</b>					
Tipo de dado	Padrão (99/99/1999)				
Normalização	Máscara: __/__/____; (DD/MM/AAAA)				
Tamanho	Fixo (8 caracteres)				
Obrigatoriedade	Sim	Repetitividade	Não	Indexação	Sim
<i>Help</i>	Inserir apenas números				